

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 046

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE ABRIL DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1119**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 sessões do Projeto de Lei nº 068/2001, item 11, em 1ª discussão, de autoria do ilustre Deputado Ricardo Chab, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 1120**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação da emenda nº 01 de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da ilustre Deputada Luciana Rafagnin, item 02, da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 1121**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário retirada por 05 sessões, da Proposição de Emenda nº 037/2001, item 01, em discussão, de minha autoria constante da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 1094**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Uraí, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 05 de maio, e que, do presente, se dê ciência à Prefeita Iracelis da Fonseca Borghi através de correspondência.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1095**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Primeiro de Maio, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 1º de maio, e que, do presente, se dê ciência o Prefeito Mario Casanova, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1096**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Ple-

nário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Lupionópolis, voto de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 11 de maio, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito José Antonio Gerônimo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Assaí, voto de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 1º de maio, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Mario Sato, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Nova Santa Bárbara, voto de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 09 de maio, e que, do presente, se dê ciência ao Prefeito Julio Aparecido Bittencourt, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica extinto, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, o processo de votação “por escrutínio secreto”, ficando apenas 02 processos de votação, o simbólico e o nominal. Assim, a seção II, dos processos de votação, artigo 164, da Resolução 159/90 que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná fica da seguinte forma:

“Art. 164 - São dois os processos de votação:

I - Simbólico

II - Nominal

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

A população, cada vez mais, mostra-se crítica e atenta aos acontecimentos políticos, sociais, eco-

nômicos, históricos, culturais e artísticos. Tem consciência para analisar os fatos. Isto aumenta com o acesso as informações através da tecnologia, que possibilita, sem muito esforço, acesso direto aos fatos.

O poder legislativo deve ser o grande incentivador da democratização da informação. Por isso, propomos a extinção do voto “por escrutínio secreto”, conforme a seção II, artigo 164, do Regimento Interno, desta Casa de Leis. Isso permitirá que a população tenha conhecimento dos fatos e ações dos deputados.

Os deputados estaduais do Paraná estarão expondo à população, de forma democrática, suas posições referente aos projetos e matéria em questão, votando favorável ou não favorável a respeito de determinado assunto, possibilitando que as pessoas exercitem, cada vez mais, seu direito de cidadania.

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 151/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Assistência Social Evangélica Betel - ASEB, com sede e foro na cidade de Matelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Evangélica Betel - ASEB, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 20.02.98, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, e da saúde, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 430 Livro A/01, de Pessoas Jurídicas, em 30.12.98, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, propondo que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 152/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de engenharia civil no campus da Universidade Estadual do Oeste (Unioeste) de Foz do Iguaçu;

Art. 2º - Para custear a implantação do referido curso, também fica autorizado o chefe do Poder executivo a abrir suplementação orçamentária para a Unioeste;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O curso de engenharia civil não é oferecido por nenhuma instituição - pública ou privada - de ensino superior na região de Foz do Iguaçu. Os estudantes que pretendem cursar engenharia têm que se mudar para outros centros, adandonando temporariamente o convívio com a família e amigos.

A manutenção de um estudante fora de casa é onerosa e a maioria dos pais não tem condições financeiras para custear a profissionalização dos filhos, gerando insatisfação e revolta nos jovens que se vêem privados de uma oportunidade na busca por um futuro mais promissor.

O curso proposto é um dos mais ansiados pelos estudantes da região, de acordo com levantamento feito pela Unioeste de Foz. Essa predileção pela engenharia explica-se, em parte, pela demanda reprimida destes profissionais na fronteira e pela boa remuneração paga aos trabalhadores da área.

Para facilitar e baratear a implantação do curso, a Unioeste poderia se valer de um convênio com a Itaipu Binacional, que possui modernos laboratórios de pesquisa no campo da engenharia civil e detém em seus quadros renomados profissionais. Quadros esses que são sempre preenchidos por pessoal de fora, devido a carência de nossa universidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para anunciar a perda que o Paraná, Mato Grosso e o Brasil tiveram de um grande brasileiro, chamado André Maggi. Ele foi enterrado ontem, em São Miguel do Iguaçu. Gaúcho, nascido na Cidade de Torres, Rio Grande do Sul, em 19/01/1927. Casado com Lúcia Borges Maggi. Pai de cinco filhos: Bláiro Borges Maggi, Marli Maggi Pissolo,

Rosângela Maggi Schmidt, Vera Maggi Locks e Fátima Maggi Ribeiro.

Na década de 50, André Maggi passou a viver o início do seu trabalho no Município de São Miguel do Iguaçu, no estado do Paraná. Começou como funcionário de uma pequena serralheria. Alguns anos depois, com suas economias, adquiriu a sua própria serralheria. Na década de 70 acabou vendendo esta serralheria, para começar os seus investimentos na agricultura, na produção de sementes.

Em 1979 comprou seu primeiro imóvel rural, na Cidade de Itiquira, Mato Grosso. Por ficar a 300 quilômetros dos recursos urbanos, em 1980 fundou nessas terras, de Sepazal, Mato Grosso, onde doou o terreno e os comércios às pessoas, para o progresso da cidade.

Senhor presidente, senhores deputados, o cidadão André Maggi, além de ter sido um pai e sogro exemplar, foi um cidadão que dedicou a sua vida, em benefício da nossa gente trabalhadora desse Estado do Paraná e também do Estado do Mato Grosso.

André Maggi formou um grande grupo econômico no País, com as seguintes empresas:

- Sementes Maggi Ltda; Hermasa Navegação da Amazônia S/A; Agropecuária Maggi Ltda; Cidezal Agrícola Ltda; Amaggi Construções Ltda., Fasa Fornecedora de Autopeças Ltda.

Senhor presidente, senhores deputados. Muitos dos deputados que estão aqui presentes, conhecem a história e a vida de André Maggi e da sua família. Cito, por exemplo, o deputado presidente, Hermas Brandão, o deputado Strapasson - que também é amigo do seu genro, que tem a sua chácara, residência, no Município de Colombo. Também foi essa Casa que deu a André Maggi o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Eu não pude estar presente no enterro do André Maggi, mas os relatos que recebi foram de que o Brasil inteiro esteve presente. Foi um daqueles enterros que marcou pela emoção, marcou pela presença da família, dos funcionários que choraram, e muito, a morte de André Maggi.

Então, como deputado desta Casa e como representante do povo do Paraná, sinto-me na obrigação de ocupar a tribuna para relatar esse fato.

Dito isso, senhor presidente, pretendo, ao concluir o meu pronunciamento, abordar um outro que diz respeito ao povo do Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados. O Banco do Estado do Paraná foi vendido para o Grupo Itaú por um valor aproximado em torno de um bilhão e setecentos milhões de reais. Daí o Banco Itaú, com isso, recebeu os passivos, aquelas contas que estavam pendentes, que o Banco do Estado tinha que receber e acabou não recebendo por falta de competência, ou por falta de respaldo financeiros dos devedores, ou por alguns empréstimos que o Banco tenha cedido para quem evidentemente não tivesse suporte financeiro, ou garantia real para receber.

O Banco Itaú, comprando o Banco, repassou mais de um bilhão de reais desses títulos para o Rio Paraná Companhia de Securitização de Créditos Financeiros. Agora, vejam a notícia por quanto que o Itaú teria passado mais desse um bilhão de reais que teria o Banco a receber para essa empresa, todas as informações é que ele vendeu em torno de 8% todos esses passivos. Porque será que o Banco Itaú vendeu por 8% todos esses passivos? Será que não vendeu para uma outra empresa que tenha ligação com o Banco Itaú para declarar um prejuízo de 92% desse montante? Será que essa empresa que recebeu a concessão para cobrar os passivos, será que essa operação é legal? Será que o cidadão que devia, vamos dizer, cem mil reais para o Banco, e que essa empresa recebeu a delegação para receber, será que o Banco Itaú não teria primeiro que oferecer a 8% para aquele que deve para o Banco? Porque repassar para essa empresa um valor de cobrança de mais de um bilhão de reais? Será que é para o Banco Itaú declarar um prejuízo de 92%?

Agora, do outro lado, o Banco Itaú tem lá setecentos e cinquenta milhões, me parece, de títulos podres que o Governo do Estado do Paraná comprou, muito provavelmente com alto deságio, porque ninguém é bobo, ninguém vai comprar um título suspeito do Maranhão, Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, pagando 100% do título se é um título que é suspeito no mercado. Quem é que ganhou na compra desses títulos? Quem é que ganhou deságio, quem eram os diretores responsáveis da época que compraram esses títulos podres, e quem é esse impatriota que deu ações, 100% positivas, da Copel, para garantir estes títulos podres? Ora, 30 anos de prestação, esse foi o resultado do Banestado que tem um furo que a população do Paraná vai ter que pagar! Além do furo dos 30 anos de prestação tem que dar as garantias reais de ações negociáveis na Bolsa daqui e em qualquer lugar do mundo, que são as ações da Copel.

Então, senhor presidente, fico muito orgulhoso de ver Vossa Excelência como presidente desta Casa, abordar na imprensa esse assunto. Esse assunto tem que ser um assunto que diz respeito a esta Casa que é a verdadeira representante do povo do Paraná. Não sei se nós não vamos ter que criar uma comissão de alto nível, neste Estado, para termos uma audiência, uma reunião, com o Governo do Paraná que, dado às notícias estaremcedoras que ocorrem nesse Estado, nos leva a isso.

Senhor presidente, meus cumprimentos a Vossa Excelência pela mudança que tem feito na Assembléia Legislativa, pela abertura que tem dado a todos os segmentos, mas sobretudo por esse assunto, oportuno e de grande interesse do povo do Paraná, que é a questão dos títulos, que é a questão das ações que garantem estes títulos podres, no Banestado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Um Estado quando vê o seu futuro com segurança transmite à população, transmite à Assembléia Legislativa, um clima de otimismo. E o que eu estou vendo aqui nos últimos dias, é um clima de muito baixo astral! E parece que quando nós usamos aquela imagem do P36 estávamos cobertos de razão, esse governo me dá impressão que está na ante-sala de ser enterrado.

Outro dia aqui, e muitos deputados reclamam da falta de discussão, através da presença de membros do governo, nós tivemos essa oportunidade, mas ninguém, praticamente, esteve presente aqui. Parece que existe uma inapetência para discussão.

Essa Assembléia, senhor presidente, se não tratar com seriedade o problema dos grampos, ela será grampeada. É preciso que nós, parlamentares, possamos acordar para uma série de questões que estão colocadas.

Quero, antes de mais nada, registrar aqui e até fazer um convite ao deputado Pessuti para que ele, em nome do partido, juntamente com outros, possa comparecer na inauguração do monumento Antonio Tavares Pereira.

Esse é o Tavares que foi assassinado; o outro está aí do outro lado.

Gostaria que todos os deputados estivessem presentes, para que lá pudessem ver a ação da sociedade organizada erguendo monumento em memória daqueles que são assassinados por lutarem neste País, em favor da Reforma Agrária.

Nós vamos ter no dia 1º, a inauguração do monumento, que é uma obra muito importante, saída da criatividade do nosso Oscar Niemeyer, e convidar todo mundo também para a instalação e para os trabalhos que nós vamos ter do Tribunal Internacional contra os Crimes que são praticados pelo Latifúndio.

Essa é outra decisão tomada pela sociedade que se vê acuada, prensada pelos detentores do poder, que estão lutando pelo direito à vida.

Logicamente que o Governo Jaime Lerner está muito preocupado com a instalação, aqui em Curitiba, desse Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, porque a imagem fabricada com o dinheiro do povo em todos os cantos do mundo, poderá ser arranhada pelas decisões que serão tomadas nesse Tribunal Internacional, que está analisando os crimes cometidos por uma parcela da sua classe dominante na área rural.

Tudo bem, estão feitos os convites para a inauguração do monumento e para a presença do tribunal, mas na realidade a minha presença aqui nesta tribuna tem um objetivo de dizer mais uma vez o seguinte:

“O Presidente da Volkswagen do Brasil, num simpósio feito em São Paulo está dizendo o seguinte: Sem energia, ameaça a fechar a Volkswagen aqui do Paraná.

Ele diz o seguinte: Nós não vamos gerar...

Senhor presidente, falo no horário da Liderança do PMDB, ou das Oposições.

Ele diz que não é uma ameaça, mas está dizendo: Aonde não houver energia, estrada e água, nós não ficaremos lá. Nós iremos embora”.

Ora, vejam bem, aqui no Paraná, e será que não é, senhores deputados, mais um argumento que nós temos para mantermos a Copel nas mãos do Poder Público? Diz o presidente da Volkswagen: Não é obrigação dos empresários fazer a geração da energia que nós precisamos.

Ora, o que é que as Oposições, o que é que o povo do Paraná através de uma substancial maioria, deseja?

Que a Volkswagen fique nas mãos do povo do Paraná! Essa é a garantia, inclusive para que nós que estamos lutando pela não privatização, através desse argumento, é a garantia de que nós teremos a manutenção das atuais indústrias e da vindas de outras mais que são fundamentais para o desenvolvimento do Paraná, através da energia que nós podemos gerar, que nós estamos gerando aqui no Estado do Paraná.

É o presidente da Volkswagen que está dizendo, que ele não é gerador de energia, que ele não vai fabricar energia que essa é uma obrigação dos governos.

Com o clima que nós estamos vivendo parece que nós temos aqui, o quê? Um governo ou um desgoverno? Aliás, o secretário Salomão, outro dia esteve aqui e alguns estavam aqui, muito poucos, ele falou que está fazendo uma grande economia para o Governo do Estado porque eles já diminuíram o consumo da energia lá no Castelo Branco e não sei aonde!

Ora, um homem que foi Secretário da Fazenda e que hoje está no Planejamento, poderia fazer essa economia lá no governo dele, não deixando que se gastasse como se gastou com os Jogos Mundiais da Natureza, que - não se gastasse esse dinheiro de maneira irresponsável, com a propaganda maciça, permanente, diária, de todos os dias que se faz neste Estado. É um governo que foi montado em cima da mentira. Curitiba é o paraíso do mundo. Nós estamos aí e até seria motivo de um pronunciamento, - somos os campeões do analfabetismo aqui no Sul do Brasil, só que na televisão e nos jornais, muitas vezes, nas rádios, o que é que o governo planta? Ele planta uma outra história, ele planta outras coisas que não têm semelhança com aquilo que na realidade está acontecendo.

O Beraldin falou do grande produtor, - ele falou, me perdoem, do que passou, do ontem, e precisa ficar registrado, mas queremos falar do amanhã, desse amanhã, que precisa vir o presidente da Volkswagen “puxar a orelha” dos governantes brasileiros, como quem diz: “Por que vocês não geraram a energia? Por que os empresários que querem fazer investimentos, não apareceram?” Por que é que o governo não teve, ele, governo, mão forte para determinar esse caminho que deveria ser trilhado pelos brasileiros? - Por ter um governo sócio, compadre, num compadrio pecaminoso com esses que só procuram tirar proveito daquilo que o povo produz. Nós ficamos 50 anos aqui fazendo a Copel e daqui a pouco, a Copel, com lucros astronômicos que virão em seguida, pela alta da

energia que será feita de uma maneira que não se poderá combatê-la, vamos colocar tudo isso, tudo aquilo que o Paraná produziu, nas mãos não sei de quem, e ainda mais, correndo o risco de estar aqui, no “Estado do Paraná”, no jornal, a Volkswagen dizendo que fecha a fábrica aqui no Paraná, se o governo não garantir energia.

Bom, qual é a maneira de garantir energia para essa empresa e para as outras? A maneira é uma única, só, mantendo o controle da Copel nas suas mãos.

## O Sr. Algaci Tulio

### (Assentimento)

Vossa Excelência aborda nesse momento, um assunto que é por demais sério e preocupante a todos nós paranaenses. Esta afirmação deste dirigente, na verdade, vem somar em cima da posição que tomamos, da defesa da não privatização, da não venda da Copel.

Veja Deputado Waldyr Pugliesi, o que está acontecendo com o Município de Campo Largo, a menos de 30 quilômetros de Curitiba, onde a Chrysler já fechou as suas portas e certamente isso vai provocar também com que outras empresas alimentadoras da Chrysler também venham fechar as suas portas na sequência, pelo fato - do fechamento da Chrysler, mas isso pode provocar também como diz Vossa Excelência com relação à questão da Volks, se tivermos a mesma posição tomada pelo pessoal da Renault e de outras empresas, que, de repente, preocupados com estas questões da falta de energia, tomarem essa decisão. O Paraná vai realmente, entrar num caos na questão industrial, e que, evidentemente, vai trazer uma preocupação a todos nós, especialmente a esta Casa.

Queria fazer este registro para dizer da situação, hoje, do município de Campo Largo. Com o fechamento da Chrysler, pessoas desempregadas, a cidade sofreu um inchaço com o anúncio da chegada da montadora, com o anúncio da chegada de empresas alimentadoras, e hoje tudo isso para nada mais está servindo.

Obrigado.

## O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço pelo aparte, Deputado Algaci Tulio e concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

## O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Waldyr, quero cumprimentá-lo e dizer que Vossa Excelência e o Deputado Algaci Tulio estão revestidos de toda razão e de toda propriedade em trazer este assunto à discussão. É importante que os deputados que ainda não se posicionaram contra a venda da Copel, que reflitam, reflitam e reflitam... com mais profundidade e com sentimento paranista nesta questão, porque há muito tempo, desde que começou a implantação dessas montadoras no Paraná, nós alertávamos que essas pessoas, no menor sinal de dificuldade, poderiam ir embora. E agora da voz do próprio presidente da Volkswagen, vinha lendo isso hoje no avião quando me deslocava de Brasília para cá, ele afirma - com todas as letras - aquilo

que Vossa Excelência diz e fala ainda mais, aqui, na matéria sobre a venda da Crysler, sobre o fechamento da Crysler e a tentativa de se vender, haverá mais mortos no meio do caminho nos próximos dois anos. Numa referência de que outras empresas - dentro daquilo que o Deputado Algaci está dizendo -, poderão também fechar por falta desta segurança no fornecimento de energia.

E faço aqui, neste espaço, um relato da reunião da qual participei ontem, em Brasília, a pedido do Deputado Hermas Brandão, e que hoje iremos relatar nesta Casa. Na reunião dos prefeitos da Associação dos Municípios do Paraná, ontem, em Brasília, com a presença de 27 deputados federais, os 3 senadores, 3 secretários de Estado, a reunião que era para uma pauta de reivindicação dos municípios que darei conhecimento à Casa, se transformou numa manifestação favorável à permanência da Copel nas mãos do Estado pela maioria dos deputados federais que lá estavam e pelos 3 senadores do Paraná. A reunião que era para discutir assunto dos municípios, teve na pessoa dos deputados federais uma manifestação contra a venda da Copel, na maioria dos deputados que estavam lá, e os 27 falaram.

Só fazer esse registro e pedir mais uma vez, aos deputados que ainda não se posicionaram contra a venda da Copel, que reflitam um pouco mais. É o Paraná que está em jogo, é o futuro do nosso Estado que corre risco, caso venhamos perder a nossa empresa de energia.

Obrigado.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Causou muita preocupação na Argentina e no Brasil, inclusive no Paraguai, a notícia veiculada pelo jornal "La Nacion", de que Itaipu também está no projeto de venda do Governo Federal e Estadual, aqui, ficarão marcados como os proprietários marcam seu bois: com ferro em brasa, na paleta. Ficarão marcados, sim, pelo povo do Paraná - o Governo Lerner, como um governo sem vontade, sem diretriz, sem programa. Se falou isso aqui no seminário, vamos dizer assim, que fizemos outro dia aqui. Não existe um grande projeto comandado pelo Governo do Estado do Paraná a nível de Brasília, para se conseguir recursos, que são tão necessários ao Estado do Paraná. Nós estamos vendo um clima de pessimismo que é transmitido à população, por tudo aquilo que está acontecendo. Na ante-sala do Governo do Estado se produz, criminosamente, através de funcionários, os grampos, que entraram aonde? Para ouvir a conversa de quem? Do candidato Vanhoni? Do PMDB? Dos deputados que são independentes ou daqueles que não o são? Para fiscalizar aquilo que nós estamos fazendo? Aliás, esse governo está transformando este Paraná num Estado que me faz lembrar essas republiquetas de bananas.

Aqui no Brasil eu participei dessa construção, nós implantamos o Estado de direito democrático. Para quê? Para ver grampo, ali, do lado da Assembléia, grampeando talvez as atividades de nós, aqui, dentro da Assembléia?

É aquilo que falei. Vamos tratar seriamente do problema dos grampos, senão a honra desta Casa poderá ser grampeada.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Antes de passar ao próximo orador, a pedido do Deputado Antonio Anibelli, anunciamos a presença do Presidente da Câmara de Paraíso do Norte, Enoque Alves da Rocha, acompanhado de Roberto Pacheco e Franquelin Favaro. Sejam bem-vindos esses ilustres vereadores à nossa cidade.

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero dizer aos senhores deputados, que, no dia de ontem, terça-feira, estivemos em Brasília na reunião da Diretoria Executiva da União nacional dos Legislativos Estaduais, com toda a nossa assessoria e com a equipe técnica que está cuidando de todos os detalhes relativos à organização da 5ª Conferência Anual da Unale, que ocorrerá nos dias 24 a 26 de maio, no Rio de Janeiro, cujo primeiro convite já foi enviado aos senhores deputados, e agora estamos encaminhando também à imprensa para que tome conhecimento.

Estamos em Brasília e cumprindo uma determinação do Presidente Hermas Brandão, estivemos presentes na reunião da Associação dos Municípios do Paraná, da Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, onde cerca de 50 prefeitos municipais se faziam presentes, e onde também compareceram 27, dos 30 deputados federais, 3 secretários de Estado e os 3 senadores do Estado do Paraná. E nós lá fomos por recomendação do Presidente Hermas Brandão, para representar a Assembléia Legislativa nesta reunião de trabalho da Associação dos Municípios do Paraná, com a Bancada Federal, onde foram apresentadas as reivindicações, a pauta de trabalho que pretende ver desenvolvida pelos deputados federais e senadores, na aprovação de projetos, na apresentação de emendas em medidas provisórias na Câmara Federal e no Senado, e na votação de emendas constitucionais apresentadas pelos deputados e pelos senadores.

A pauta foi bastante extensa e faço um resumo rápido dizendo que os itens abordados pelos prefeitos municipais diz respeito à negociação da dívida dos municípios, tanto a nível federal, quando as dívidas que têm os municípios a nível estadual. Em especial as dívidas que possuem junto ao Paraná Urbano, junto ao Paraná Cidade.

Também a pauta no que diz respeito aos recursos da Educação e da Assistência Social, também o sub-item inclusão dos professores da educação infantil e pré-escola e também, recursos do Fundef para o ensino especial. Aumento do valor *per capita* da merenda escolar. Redistribuição da cota do salário-educação. E aumento de meta das creches.

Um outro item que está sendo objeto de uma polêmica muito grande em todo o território brasileiro, diz respeito à taxa de iluminação pública, que hoje é cobrada na fatura das Companhias de Energia, das empresas de energia, e que lá tramita na Câmara Federal, no Senado, uma proposta de Emenda Constitucional nº 222/2000, que procura resolver essa questão, de forma que os municípios não tenham que perder essa arrecadação, e de modo que a iluminação pública possa continuar sendo ofertada.

Restituição do resíduo do FEF e do FPM, todos sabemos que medidas foram adotadas ao longo do tempo, após a Constituição de 1988, em que perdas ocorreram para os municípios no FPM, em função do critério que foi recentemente modificado em função da diminuição da população e que estabeleceu um desconto anual do FPM, e também todos sabemos que a implantação do FEF, Fundo de Estatização Financeira, de Equalização Financeira, que a maioria dos municípios perderam dinheiro, então está se pedindo que mecanismo seja adotado para que essas perdas sejam restituídas.

Redução para alíquota zero do IPI aos municípios, quando da aquisição de máquinas, renegociação da taxa CELIC do INSS, Fundo de garantia por Tempo de Serviço. Programa de Modernização da Administração Tributária dos setores sociais básicos. Atualização do valor do Médico da Família de quatro mil e quinhentos, para sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais. Atualização da população pelo censo 2000, para o repasse dos recursos do PAB - Piso de Atendimento Básico, na área da saúde. Aumento do valor *per capita* do piso de atendimento básico de saúde em 50%. Reforma tributária, que se urgencia a aprovação da reforma tributária. Acompanhamento da distribuição do ICMS; também essa pauta foi colocada e foi, evidentemente, cada um desses itens, analisado de forma separada e individualmente.

Portanto, senhor presidente e senhores deputados, concluo afirmando que foi muito oportuna a nossa presença na reunião da Associação dos Municípios em Brasília, repito, onde vinte e sete deputados federais compareceram, onde três senadores se fizeram presentes, onde três secretários de Estado se fizeram presentes e onde esta Assembléia Legislativa também se fez presente, em função do pedido e da delegação do presidente Hermas Brandão, para que representássemos esse Poder, onde tivemos oportunidade de nos pronunciar e falar mais uma vez de todas as parcerias, de todos os momentos em que esta Casa se somou às reivindicações dos municípios do Paraná, citando inclusive, o exemplo recente acontecido nesta Casa, onde uma mensagem governamental que estabelecia repasse de recursos do Salário Educação para setor de transporte escolar, teve nesta Casa um tratamento privilegiado, sendo aprovado, realmente, em um prazo recorde por esta Casa.

Era isso, muito obrigado a todos!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Pela ordem, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só para informar à presidência desta Casa, que com muita satisfação o Deputado Algaci Tulio indicou o meu nome como membro da CPI da Telefonia, e como sou membro da Comissão de Segurança e estou participando de um trabalho muito grande ao lado do Deputado Chab no novo Estatuto da Polícia Civil, e como vamos ter uma série de reuniões, com muita humildade, com muito respeito estarei assessorando o Deputado Ricardo Chab, pedi ao líder da minha Bancada que indicasse o Deputado Tiago Amorin, para que fosse o novo membro, no meu lugar, na CPI da Telefonia, neste Parlamento.

O líder do meu Partido deverá encaminhar à Mesa o nome do Deputado Tiago Amorin para ocupar meu lugar, porque vou estar participando de um trabalho, acredito eu exaustivo, ao lado do Deputado Chab, na Comissão de Segurança, a respeito do novo Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

A Presidência aguarda o ofício desta indicação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Imediatamente faremos chegar à Presidência este ofício, de antemão agradecendo a atenção do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem sido incansável, como foi durante a CPI Estadual do Narcotráfico e do Crime Organizado, e muito embora não pertencendo a ela, o companheiro Alborghetti foi um companheiro incansável, nos acompanhando em várias reuniões, em várias audiências.

E por dar continuidade, na Comissão de Segurança Pública, nós o agradecemos e faremos chegar à sua mesa a indicação do Deputado Tiago Amorin como integrante da Comissão de Telefonia.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Ainda o Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O motivo que me traz à tribuna é objeto de um requerimento que estamos encaminhando a esta Casa, que trata de buscar um entendimento e uma solução, e até não pode esta Casa, ao nosso ver, ficar fora deste processo, deste embate que tem tomado conta dos jornais, nesta questão que vem sendo divulgada pela imprensa, pela disputa dos cadáveres, dos corpos do IML, onde a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da sua concessão municipal e da sua legislação, busca evidentemente fazer aquilo de direito, que é de competência do poder público municipal, fazer a concessão dos serviços funerários no seu território.



O que não se pode admitir, acontecimentos que têm ocorrido nos últimos meses, com muita frequência, como o que aconteceu com o corpo do Senhor Juvêncio de Faria Araújo, de Colombo, que morreu aos 63 anos de idade e teve que ficar no IML aguardando, com recurso policial, solicitado pela PIC, para que se deliberasse quem tinha o direito de enterrar o corpo deste cidadão.

Não é possível que esta briga entre funerárias, estabelecida, organizada numa verdadeira máfia ou num cartel, possa, perante nossa população, fazer o jogo da especulação econômica, sem o menor respeito às famílias e sequer ao cidadão que já partiu.

Não é possível que as famílias sejam humilhadas, constrangidas por este tipo de comportamento, onde teve seu recurso solicitado ao diretor geral da Polícia Civil, que disse estar irritado e que não iria servir de “escada” para esta briga.

Ora, senhores deputados! Se isto é servir de “escada”, eu pergunto: a quem vai recorrer nossa população, que não tem onde se apegar?

A Promotoria de Investigação Criminal tomou o caso, pressionou, foi à luta, e ontem tivemos uma reunião, onde buscou-se o entendimento, buscou-se a possibilidade e alegava a Promotora Cláudia Martins que a prefeitura municipal está favorecendo um verdadeiro cartel, sem cobertura legal, já que não houve a licitação destes serviços e evidentemente qualquer serviço público sem licitação é muito suspeito. Não pode a máfia das funerárias estabelecer as regras do jogo, sem que nós possamos determinar isto.

Em cima desta questão, senhor presidente e senhores deputados, estamos encaminhando um requerimento ao diretor geral do IML, Doutor Vagner Luís Nascimento, onde solicitamos que o IML não condicione a liberação dos corpos por ele analisados, de pessoas que moram em outras regiões, da região metropolitana, porque em Curitiba entendemos que a Prefeitura Municipal tem competência legal para deliberar, como prestar os serviços.

Apesar de estarmos discutindo o direito de escolha do cidadão, que hoje não se admite que ele não possa escolher sequer a funerária que fará os serviços funerários, o enterro de algum dos seus familiares.

Evidentemente, não se pode conceber que o IML, através de um regulamento, de uma legislação estritamente municipal, condicione a liberação desses corpos, dos cidadãos que moram nos municípios da região metropolitana.

E por quê isso, senhores deputados? Porque cabe ao município de domicílio desse cidadão regulamentar esses serviços. Não cabe à Prefeitura de Curitiba dizer quem poderá fazer esse serviço funerário, quem poderá enterrar aquele cidadão, mas sim o município de origem, de domicílio.

E o IML presta um serviço de competência estadual, que não pode, de forma nenhuma, ser batizado por

uma regulamentação ou por uma legislação estritamente municipal.

Solicitamos, senhor presidente, para concluir, que o IML acate, após aprovado por esta Casa, o requerimento que exige que aqueles cidadãos que comprovem estar residindo em Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, ou em outros municípios, que faleceram em hospitais ou no território de Curitiba, sejam pelo IML liberados, não condicionando à Central de Luto do Município de Curitiba, que exige que sejam feitos pela funerária daqui ou, até conforme portaria recentemente publicada, às pressas, a Portaria nº 06/2001, diz que poderá usar os serviços funerários de Curitiba ou a funerária da cidade domicílio.

Ora, se o serviço municipal daquele domicílio não tem regulamentação, entendo e cabe-se entender dessa forma, que a família pode escolher a funerária de Tamandaré, de Bocaiúva, de Pinhais, de qualquer município. De Curitiba, não pode, o IML não pode condicionar a liberação deste corpo para a funerária que entender melhor.

Então, nossa questão, senhores deputados, gostaria de ter aprovação desta Casa para que se corrija essa injustiça com os municípios da região onde famílias têm, a cada dia, a cada momento, e não são apenas quatro, cinco, são centenas que não recorrem à Justiça ou à Polícia, para ter seus direitos resguardados.

Então, cabe a nós determinar nesta Casa o fim dessa especulação que realmente humilha todo cidadão da Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Questão de ordem, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Questão de ordem, Deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Só quero, senhor presidente, já que é Pequeno Expediente e não posso tomar um aparte, parabenizar o nosso Deputado Edson Strapasson, sobre o debate que ele traz na tarde de hoje na questão das funerárias de Curitiba.

Estamos torcendo, senhor presidente, que regulamentem rapidamente essa questão das funerárias de Curitiba, que já se tornou uma máfia e o povo está totalmente perturbado com essa situação.

Então, gostaria de só deixar registrado o apoio do Deputado Edson Strapasson pelo debate desta tarde sobre o assunto.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Pela ordem, Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Quero registrar a presença, neste Plenário, do grande Vereador de Pontal do Paraná, Valdevino Simões, também grande pescador, que cumprimenta seu companheiro e amigo Irineu Colombo, companheiro lá da região do Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Seja bem-vindo, Vereador Valdevino Simões, nosso colega, professor de matemática.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura, por cinco minutos, no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados. Hoje pela manhã, na Sala das Comissões, nos reunimos para instalarmos a CPI da Telefonia, sob a presidência do Deputado Tony Garcia, a vice-presidência do Deputado Plauto Miró Guimarães, e a relatoria do Deputado Algaci Tulio, fizemos a primeira reunião.

Diga-se de passagem, senhor presidente, a primeira CPI que a Oposição, oficialmente, está participando aqui nesta Casa.

Esta CPI da Telefonia que teve origem, no nosso entendimento, para obstruir a instalação da CPI do Pedágio, da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, veio por uma obra do destino, suprir uma lacuna que se criou no Paraná, neste instante, com a revelação do escândalo do grampo telefônico, patrocinado pelo Palácio Iguazu, segundo as denúncias que chegaram às nossas mãos.

No debate que travamos lá na CPI hoje pela manhã, discutimos o encaminhamento inicial que daremos para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E, no escopo do requerimento que originou a formação da CPI, no Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, encontramos uma válvula, senhor presidente, senhores deputados, que permite à CPI investigar o crime, o escândalo, a espionagem do grampo telefônico, como ficou conhecido na imprensa do Estado do Paraná.

Eu, particularmente, represento junto com o Deputado Edson Strapasson, o PMDB, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e queremos dizer aqui à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que estamos participando desta CPI, que é o maior instrumento que esta Assembléia possui, a maior ferramenta que o Poder Legislativo possui para fiscalizar, para averiguar, para investigar, para cumprir o nosso papel de fiscalização, sagradamente prescrito na Constituição da República.

Mas, em nome do PMDB, senhor presidente, estamos lá na CPI para, desapaixonada, despolitizada e tecnicamente, atuarmos, buscarmos averiguar com profundidade essa preocupação terrível que assola o povo do nosso Estado. Relacionado a esse escândalo, fartamente divulgado pela imprensa, e que todos os dias recebemos informações adicionais em nossos gabinetes, através de dossiês, através de informações, através de

adendos, que cada vez tornam mais obscuros o mundo dos porões do poder do Estado do Paraná.

Senhor presidente, quero dizer aqui, como Líder do PMDB, que não iremos, em momento algum, fazer pré-julgamento, não iremos em momento algum, escorraçar quem quer que seja, qualquer autoridade deste Estado. Iremos nos propor a fazer um trabalho sério, investigativo, um trabalho que possa estar à altura deste Parlamento.

E assim hoje, por unanimidade, a CPI da Telefonia...

(**Término do Tempo**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência lhe concede um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Utilizo o horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi utilizado pelo líder das Oposições, Waldyr Pugliesi, bem como também o Horário da Liderança das Oposições.

O SR. NEREU MOURA

Concluo, então, senhor presidente.

Creio que os Deputados Tony Garcia e Algaci Tulio falarão na sequência, mas nós convocamos já as primeiras seis pessoas para depor na CPI, que é o Coronel Vieira, o Soldado Afrânio, o Cabo Jordão, o Advogado Peter Amaro, o técnico em informática que trabalhava num cargo de confiança do Palácio Iguazu, Gilberto Maria Gonçalves. Foram as seis primeiras pessoas convocadas para depor na CPI, sendo que sexta-feira serão ouvidos o Cabo Jordão, o Soldado Afrânio e o Advogado dos dois, Peter Amaro.

Então quero, ao concluir aqui as minhas palavras, dizer aqui que temos convicção absoluta que a Assembléia Legislativa do Paraná irá produzir um trabalho sério, responsável, que irá atrás das informações, que irá investigar, doa a quem doer. O Paraná saberá da verdade desse escândalo do grampo telefônico.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ao nosso cronômetro o Deputado Waldyr Pugliesi usou o Pequeno expediente e o horário da Liderança do PMDB. Acredito que não foi usado o da Oposição também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi também, por solicitação do nobre Deputado. Se o senhor quiser ver as notas taquigráficas, a gravação, amanhã lhe encaminharemos.

Deputado Augustinho Zucchi com a palavra.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O Deputado Nereu Moura colocou aqui da nossa primeira reunião da CPI da Telefonía hoje pela manhã.

Aliás, se comenta muito sobre esta questão e agora há pouco, inclusive, a imprensa já noticia a intenção de se entrar na Justiça questionando se a CPI pode ou não pode investigar a questão do grampo telefônico. Na súmula do requerimento da CPI o que se tem é de maneira clara dizendo que a CPI se propõe a investigar possíveis irregularidades na telefonía. Agora, pode ser que o Palácio Iguaçu não consiga imaginar ou quem sabe não entenda que o grampo telefônico seja uma irregularidade. Quem sabe seja um fato normal a questão do grampo telefônico.

Aliás, Deputado Nereu, a informação dada pelo cabo Jordão, é que recebeu ordens para fazer a escuta telefônica clandestina; recebeu ordens do Palácio Iguaçu, da chefia da Casa Militar, de membros do Governo do Estado.

Então acho o seguinte: digamos que resolvêssemos nós não investigar esta questão dos grampos, possivelmente a imprensa faça esta investigação, possivelmente a própria população acabe por saber quais são os envolvimento que existem com relação a esta questão do grampo.

Mas, veja bem, senhor presidente, esta é uma questão que foi decidida por unanimidade na Comissão de se fazer averiguação, tivemos já a decisão da convocação de pessoas para que façam o seu depoimento.

Ninguém está condenando ninguém. Ninguém absolutamente está fazendo qualquer tipo de julgamento. Na verdade, precisamos esclarecer a questão do grampo telefônico porque envolveu inquérito policial, já em andamento no 3º Distrito, pelo Cope, aqui de Curitiba, da Secretaria de Segurança. Precisamos realmente saber o que está acontecendo, com relação a esse grampo telefônico.

Ontem eu ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Fernando Ribas Carli - esse é o motivo que me traz à tribuna, que dizia que precisamos saber da representação, junto ao Governo Federal, ou seja, dos deputados federais e dos nossos senadores, o que é que eles estão fazendo para trazer recursos para o Estado do Paraná. Comecei a imaginar o senador Osmar Dias. Foi colocada uma placa pública, por exemplo, dizendo que ele era inimigo do Paraná quando questionava o empréstimo a ser contraído junto ao Banco Mundial, para que pudéssemos desenvolver aqui, o Programa Paraná Doze Meses e outros programas. Depois de muita discussão, o que não estava errado questionar os inúmeros do empréstimos que estava se fazendo junto ao Banco Mundial, porque exatamente queríamos saber o que está acontecendo hoje.

O Paraná Doze Meses, Deputado Hermas Brandão, Vossa Excelência, que foi secretário da Agricultura sabe que é um bom programa. Conheço, estudei e sei do que se trata o programa - é uma extensão do Programa Paraná

Rural. É um programa importante para a agricultura do Paraná. Se perguntássemos a qualquer deputado aqui qual foi a proporção dos recursos que o Governo do Estado entrou como contrapartida, diz lá: 50% do Estado e 50% do Banco Mundial.

Ora, no ano, para o programa funcionar, sabem o que aconteceu? O Governo do Estado do Paraná fez uma negociação com o Banco Mundial, que no ano passado entraria com 13% e o Banco Mundial com 87%. Vai ter que se chegar ao equilíbrio disso.

Nestes anos, todo o recurso liberado para o Programa Paraná Doze Meses, 76% foi feito pelo Banco Mundial e 33% pelo Governo do Estado. Neste ano, por exemplo, é o menor orçamento da história da agricultura do Estado do Paraná, na nossa secretaria. Não foi liberado sequer um real, para que o Secretário Antônio Poloni pudesse cumprir aquilo que estabelece o Programa Paraná Doze Meses.

Não precisa nem os senadores irem atrás de recursos, mais. É só o governo colocar a contrapartida, que tem que colocar nos programas já existentes, que vamos ter absolutamente o desenvolvimento dos programas que são importantes, para a nossa gente e para a nossa população.

Vamos achar outros programas: O Rural - vamos ver que depois de uma certa época, não tivemos mais a perfuração de poços artesianos nas comunidades rurais, para dar água potável, para abastecer aquelas famílias de agricultores, nos nossos municípios pequenos.

Ainda mais, se é verdade que São Paulo fez a reforma do Porto de Santos e de outros lá, com o dinheiro do Governo Federal. Quem determina a prioridade de programa a serem executados pelo governo é o governador. Ou os 80 milhões que foram aplicados nos Jogos Mundiais da Natureza não poderiam ter sido colocados para dar contrapartida, para programas importantes, como é este, o Paraná Doze Meses? Ou será que se o governador quisesse ter um projeto de desenvolvimento para o Estado, lá no Governo Federal - segundo informação, não se tem projetos do Governo Federal, em andamento do Governo do Estado, que busque o recurso, até por que o governador, senão me falha a memória, se filiou ao PFL, ao partido do vice-presidente da República, que tem ministros no governo, que tem parcela de mando no Governo Federal, eu não sei, eu sei que as nossas emendas, e olha que eu falo com tranqüilidade porque eu votei muito com o governo e recebi a liberação de algumas das emendas que foram feitas para os municípios.

Mas quem atrasa a liberação, que eu tenha conhecimento, não é o Governo Federal, aliás os deputados federais estão cumprindo com seus compromissos com os municípios do interior do Paraná, levando verbas para os municípios. Aliás, Deputado Traiano, no Sudoeste do Paraná, o Deputado Nelson Meller, que é um deputado trabalhador, levou mais recursos para os municípios da região que o Governo do Estado do Paraná!

Então, na verdade, eu acho que o Governo Federal, além dos recursos normais para saúde, se fala do médico da família, mas de onde vêm os recursos? Do próprio Governo Federal! As reformas de delegacias estão agora sendo liberadas aqui, pela Secretaria de Segurança, mas a Secretaria de Segurança também recebeu, para reforma de presídios, verba do Governo Federal.

Então eu acho que na verdade teríamos que ter uma análise mais profunda dessa questão. Agora, a culpa da venda da Copel é do Fernando Henrique Cardoso, nosso presidente; a culpa da falta de recursos também é do Governo Federal, diz o governador: “Se eu pudesse não venderia a Copel”. O povo do Paraná votou nele, para ser governador, então daqui a pouco é o seguinte: daqui a pouco não teremos a quem responsabilizar! Quem sabe o grampo telefônico também, vamos achar algum responsável, que não seja, obviamente, alguém ligado ao Governo do Estado, por isso o governo não tem nenhuma preocupação em fazer essa investigação.

Obrigado, senhor presidente, pela condescendência. Agradeço.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Questão de Ordem**)

Eu não pude apartear o nobre Augustinho Zucchi porque ele estava no Pequeno Expediente. O deputado falou que o Paraná 12 Meses não entregou um centavo sequer, este ano. Na segunda-feira, às 9 horas da manhã, juntamente com a Regional de Cornélio Procopio, da Secretaria da Agricultura, eu entreguei um cheque, em nome do governo, ao município de Nova Santa Bárbara, dentro do Paraná 12 Meses, para o plantio de café.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Grande Expediente, Deputado Ricardo Chab, por 30 minutos.

#### O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu vou fazer, no Plenário, um resumo do Relatório Final da CPI do Narcotráfico.

(Lê):

#### “COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO NARCOTRÁFICO E DO CRIME ORGANIZADO RESUMO DO RELATÓRIO FINAL

É com grata satisfação que nesta data, cumpridos os lapsos temporais, regimentais e legais, que eu, Deputado Estadual Ricardo Chab, na qualidade de relator, apresento a este Plenário, um resumo do relatório final dos trabalhos realizados por esta douta Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, que recebeu a mister missão do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para proceder as investigações de fatos relacionados com o narcotráfico e com o crime organizado no âmbito territorial do nosso Estado.

O relatório integral da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, já se encontra nas mãos do nobre senhor presidente deste Poder, com cópia a todas as Lideranças Partidárias com representação nesta Casa de Leis.

A metodologia adotada para a elaboração do Relatório buscou seguir a cronologia das reuniões e trabalhos feitos, com objetivo de permitir uma melhor interpretação das investigações.

O relatório apresentado está dividido em quatro títulos:

- 01 - Introdução;
- 02 - Dos Trabalhos;
- 03 - Das Conclusões;
- 04 - Das Propostas;

Desde já, convém alertar aos nobres parlamentares, que os trabalhos de apuração de fatos concernentes ao narcotráfico e ao crime organizado, esbarram em problemas temporais, pois o tema necessita de amplo aprofundamento nas investigações, visto o teor de dificuldades que são inerentes à espécie, que não possibilitam a esta CPI medidas resolutivas de efeitos imediatos, que se achessem a pôr fim a estes crimes, pois temos como primeira conclusão, a de que estas espécies de crimes, fazem jus ao nome, são muito organizados, criam meandros e liames, conexões nacionais e internacionais.

Esclarecemos que nos atemos a um breve entendimento do que é inicialmente necessário para combater o crime organizado no Paraná. Mas não só em nosso Estado, pois esperamos com este trabalho, poder colaborar com iniciativas de outras organizações de inteligência policial, para o combate à repressão do narcotráfico.

A proposta é realizar uma radiografia da situação real da atuação do crime organizado no âmbito territorial do Estado do Paraná, identificando a existência, a forma, as ramificações, os intercâmbios, os envolvimento, de agentes privados e públicos, para que então esta Comissão Parlamentar de Inquérito, possa propor medidas aos entes correlacionados com a matéria, atitudes legislativas e executivas, de prevenção, combate, repressão, para no futuro visar a erradicação gradativa do sistema do crime organizado, trabalhos estes que deverão ser entendidos e visualizados em um universo sem fronteiras, pois somente com uma equânime atuação entre Estados, Países e Continentes, com a integração de policiais, é que poderemos planificar e prever um futuro melhor para os paranaenses e brasileiros.

Buscando um melhor entendimento das ramificações do crime organizado, que já de início deixaram claro que não concentram suas atividades somente no raio de abrangência do narcotráfico, pois os crimes se comunicam, do narcotráfico, passando pelo roubo e desvios de cargas, automóveis, assassinatos, tráfico de armas, etc..., criando uma interligação dos grupos criminosos com o fim precípua de se manterem seguros e atuantes em diversas conexões do crime, amparados pelos que detêm poder financeiro, enraizando-se até mesmo no Poder Público.

## FORAM COMPONENTES DA CPI DO NARCOTRÁFICO E DO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Algaci Tulio.

Relator: Ricardo Chab.

Membros: Serafina Carrilho, Tiago Amorim, Chico Noroeste, Ricardo Maia, Fernando Ribas Carli.

Os trabalhos da CPI preocupados em compilar informação acerca do tema narcotráfico e crime organizado. Para tanto, a Comissão tratou de convidar autoridades e pessoas conhecedoras do assunto para que se manifestassem, em apoio aos trabalhos. Foi também criado o sistema de Disque-Denúncias pelo telefone 0800-41-2829.

Foram expedidos inúmeros ofícios expondo a estudos do meio de segurança pública, a necessidade da constituição de uma "Força Tarefa", afim de promover o envolvimento da sociedade paranaense em geral, com os trabalhos da CPI.

A resposta da sociedade foi imediata, sendo que a CPI, recebeu inúmeras moções de apoio, ofícios e documentos de informações, bem como vários telefonemas, muitos contendo denúncias.

## SINOPSE DOS NÚMEROS OBTIDOS PELA CPI

Depoimento de pessoas e autoridades convidadas	141
Depoimento de pessoas através de intimações	082
Ofícios expedidos	418
Documentos recebidos	140
Reuniões realizadas: públicas, reservadas, de sigilo e administrativas	116
Número de denúncias	448
Denúncias em reuniões constante de Atas	174
Denúncias feitas através de ofícios e documentos recebidos	074
Denúncias recebidas através do sistema Disque-Denúncias	200
Prisões realizadas a pedido da CPI: Claudio Vicente de Oliveira, Paulo Adriano-Pereira, Adão da Silva, Anderson Luiz Cabrini, Hissan Hussein Dehaini, Carlos Braz de Oliveira, João Carlos Coimbra, José Luiz de Mello, Luiz Carlos Borges, Simone dos Santos Pinto e Ivanir Antonio Marafon	011

## DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA CPI

A população paranaense, na última década, já estava se acostumando como fato da impotência frente a

organizações criminosas, visto a desestruturação dos organismos de combate ao crime organizado, que quase não existiram no Paraná.

Corporações criminosas nacionais, apoiadas no interesse de novos espaços de outras organizações criminosas internacionais, máfias de além fronteira, como Cali e Medellin, Paraguai e outras, assim como o Brasil, viram no Paraná, um mercado propício à sua atuação, lucrativo e promissor para comércio e uso com rotas e meios de se atingir outros espaços nacionais e internacionais.

As manchetes de jornais diariamente estampam crimes conexos com auspícios de organização, a população já começa a esboçar indignação pela falta de combate a segurança. Não sabem que o crime só é organizado quando apoiado pelo poder público fiscalizador. Não seria organizado se não fosse enraizado e protegido.

No início do ano de 1999, após a divulgação de escândalos em diversos Estados, a Comissão Parlamentar do Narcotráfico e do Crime Organizado do Congresso Nacional, requisitava o plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, para reunir-se a fim de colher depoimentos.

O Paraná foi tomado de surpresa por depoimentos e informações que desestabilizaram os pilares da Segurança Pública do Estado.

Em meados de novembro de 1999, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constitui uma CEI - Comissão Especial de Investigação - que teve objetivos de auxiliar e acompanhar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico pela Câmara dos Deputados Federais.

O relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico do Congresso Nacional indicou o Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Senhor Cândido Martins de Oliveira, e o Delegado Geral da Polícia Civil João Ricardo Kepps de Noronha, pela prática de crimes ligados ao narcotráfico e ao crime organizado e por enriquecimento ilícito, além de indiciar vários delegados e policiais civis do Estado do Paraná, abaixo relacionados:

Newton Tadeu Rocha, Delegado do Grupo Tigre; Mário Ramos, Delegado do Cope, Kiyoshi Hattanda, Delegado Delcon; Noel Francisco da Silva, Delegado do 7º Distrito; Gerson Alves Machado, Delegado do 3º Distrito; Paulo César Rodrigues, Escrivão do Delcon; Elias Pereira Soares, Investigador do GARH/DPC; Samir Skanda, Investigador da Delegacia de Homicídios; Mauro Canuto Machado, Investigador da Delegacia de Homicídios, Edmir da Silveira, Investigador do GARH/DPC; Marco Antonio Germano, Investigador do 12º Distrito; Reginaldo Moreira, Investigador do 11º Distrito; Homero Andretta Baggio, Investigador GARH/DPC; Silas Gilmar de Miranda, Investigador 3º Distrito; Altair Ferreira Pinto, Investigador Cope; Luiz Rogério Gonzáles, Investigador Datox; Elisário da Silva, Investigador Alto Maracanã; Paulo Rodrigues da Silva, Investigador do Cope; Rogério Podolak Pencai, Investi-

gador do Fera; Alexandre Gonçalves, Investigador do 11º Distrito; Volga Mirian da Silva, Investigadora DEAM/DSI; Marcos Terra Santana, Investigador do Centro de Triagem; Valdomiro Pereira Costa, Investigador do 10º Distrito.

O governador do Estado afastou das funções todos os agente públicos acima mencionados, e constituiu uma Comissão de Alto Nível, através do Decreto nº 1837, de 13 de março de 2000, para averiguar envolvimento de agentes públicos estaduais com o crime organizado, composta por diversas autoridades.

Em meio a estes turbilhões, a Assembléia Legislativa não poderia se furtar de cumprir a sua função institucional de fiscalização dos atos públicos, principalmente no que tange aos procedimentos pelo Executivo, e aprovou a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito para realizar um apanhado de elementos fundamentadores de ações legislativa urgentes, e estabelecer um raio X, da realidade do crime organizado em nosso Estado, afim de propor medidas organizadoras do sistema de Segurança Pública Estadual.

Convém salientar que esta Comissão não se aprofundou nas investigações e fatos que já tinham sido objeto de apurações realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, mesmo porque o relatório final daquela CPI Nacional foi concluído após o término dos trabalhos desta Comissão de investigação estadual.

Acrescente-se a este contexto turbulento, ameaças de morte a membros desta Comissão, além do fato de inúmeras tentativas de ataques infrutíferos a parlamentares integrantes desta CPI.

Com relação aos fatos que envolveram a área de Segurança do Estado, este relator, em nome dos membros desta CPI e da sociedade paranaense, quer deixar registrado que os atos de uns não devem manchar a obra de todos, lembrando que a omissão nunca deve compor o caderno ético de nenhum policial ou agente público, por mais que a hierarquia e a realidade social os obrigue. A lição serviu a todos, pois todos policiam a todos, com lei e moral.

#### DENTRE OS TEMAS INVESTIGADOS PELA CPI, CONSTAM

##### **Da Queima De Arquivo (Assassinatos)**

Um dos primeiros atos da CPI foi a constatação de que vários crimes ocorreram logo após a passagem da CPI Nacional em território do Paraná. Os levantamentos iniciais da equipe de apoio e inteligência da Comissão, deram conta de 22 assassinatos, sendo que dos identificados, constam:

Maurício de Oliveira, em 11/03/2000; Adriano Aparecido da Silva Santos, em 14/03/2000; Elias Rodrigues dos Santos, em 14/03/2000; Hélio Ribeiro Simões Junior, em 08/04/2000; Leandro da Silva, em 08/04/2000; Luiz Antonio da Cruz Matias, em

10/04/2000; Adir Carlos dos Santos, em 18/04/2000 e Márcio Fontes de Souza, em 24/04/2000.

Foram na maioria jovens da Capital e da Região Metropolitana de Curitiba, consumidores de drogas ou envolvidos com o tráfico, conforme depoimentos colhidos de parentes e familiares. Pais e mães que indicavam a possibilidade de envolvimento de policiais nas mortes de seus filhos viciados, sendo uma constante o relato de que os mesmos se obrigavam a traficar e servirem como “mulas” (elementos transportadores e entregadores da droga) para suprirem o vício.

Foi oficiado ao Secretário de Segurança Pública que determinasse a designação de um delegado especial para apuração destes crimes e verificação da relação dos fatos com o narcotráfico e do envolvimento de policiais “queimando arquivos”. Foi solicitado a algumas Delegacias de Polícia o envio de inquéritos policiais referentes a tais crimes, muitos deles nem iniciados após vários dias da ocorrência dos assassinatos.

Concluindo: Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, após inúmeras diligências e investigações, enviou todos os resultados e documentos relativos a este tema à Promotoria de Investigações Criminais-PIC, para que se prossiga com as investigações, pois ainda urgem-se providência no sentido da elucidação destes crimes, para principalmente responder se há conexão entre eles e a passagem da CPI Nacional pelo território paranaense. A sociedade clama por estas respostas.

##### **Das Crianças Desaparecidas**

A CPI recebeu denúncia anônima informando a existência de uma organização criminosa, atuando já há muitos anos no Paraná, que tinha como objetivo raptar crianças para o tráfico de órgãos e exportação para outros países.

No mesmo sentido, também, em reunião constante da Ata nº 07, teve um dependente que afirmou ter conhecimento do desaparecimento de uma criança no Município de Araucária, afirmando que tinha ligação com um grande traficante do município, declinando inclusive o nome da criança (Lucinéria Silvéria da Silva).

Por deliberação dos membros da Comissão foi oficiado ao Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas - Secride, chefiado pelo Delegado de Polícia Civil, Harry Carlos Herbert, para comparecer perante esta Comissão, afim de informar e auxiliar nas investigações referentes a estes fatos.

Com relação aos casos denunciados na CPI, o delegado do Secride, informou que ainda não tinha dados ou pistas que levasse ao solucionamento de tais desaparecimentos.

Concluindo: Neste sentido, gostaríamos de elogiar o órgão estadual Secride, que desde a sua criação, dos 402 casos de desaparecimento de crianças no Paraná investigados, apenas dois (02) casos continuam insolúveis e mais doze casos anteriores a sua constituição. Quanto às denúncias de tráfico de crianças recebidos

foram enviados à promotoria de Investigações Criminais, para aprofundamento das investigações e ao Secride.

### **Da Venda de Órgãos Humanos e Irregularidades no IML/PR**

Chegou a esta CPI uma série de denúncias de venda de peças humanas, com envolvimento do Instituto Médico Legal, e de seu Diretor, Doutor Francisco de Moraes Silva, assim como também de instituições de ensino superior em atuação no Estado do Paraná, como Faculdade Espírita do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Faculdades Tuiuti e Universidade Federal do Paraná.

Quase que concomitantemente, a revista “Isto É”, de 12/07/2000, nº 1606, nas páginas 40, 41, 42 e 43, divulgou reportagem sobre tráfico de órgãos e peças de corpos humanos, envolvendo instituições de ensino superior do Paraná e o Instituto Médico Legal.

A Comissão deliberou pela realização de reuniões para investigar o assunto, em virtude da existência de uma organização criminosa, de elaboração de laudos, periciais frios ou irregulares, bem como perícias de todas as áreas da medicina legal, convocando para depor não só os denunciadores, como também vários legistas e técnicos da área, inclusive solicitando a realização de aproximadamente setenta (70) exumações de covas mortuárias no Cemitério de Santa Cândida, região Metropolitana de Curitiba, sendo que nos três dias de exumação, os médicos legistas abriram 43 covas e fizeram a análise de 62 cadáveres.

Procedidos estudos dos documentos e informações coletadas, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, conclui a existência de várias irregularidades, tais como:

- corpos provenientes do IML que não chegaram a ser utilizados para estudo por instituições de ensino, indicando ou possibilitando a interpretação de que tenham sido desviados;

- covas do IML onde deveria estar enterrado apenas um corpo, foram localizados também partes de outros cadáveres, colocadas em um saco plástico, contrariamente ao que determina a lei;

- registro de enterro de indigentes, sendo que nas respectivas covas não existiam corpo e sim retalhos, “lixos de laboratórios”, pressupondo desvio dos corpos para outro fins, até mesmo a remota possibilidade de corpos tomarem lugares de pessoas supostamente mortas.

- constatou-se a existência de duplicidades de certidões de óbitos referentes a corpos enterrados em uma determinada cova, sendo que nesta cova foram encontrados retalhos de pequenas partes de diversos corpos, não sendo possível reconstituir-se, dentre as peças existentes, nem mesmo um corpo semicompleto, possibilitando a interpretação de que possam existir certidões de óbito de pessoas pressupostamente não enterradas. Em sendo assim, entendemos que há necessidade de Tribunal de Justiça do Estado promover uma correção junto ao Cartório do Uberaba localizado na Cidade de Curitiba.

- lei federal determina que o sepultamento de indigentes com identidades desconhecidas, deve seguir determinados requisitos, como por exemplo, uma cova para cada corpo. Nas investigações e diligências realizadas por esta Comissão, foram encontradas diversas covas, em condições que impediam qualquer exame pericial, até mesmo análise através de reconhecimento do DNA, pois peritos constataram que um mesmo corpo foi esquartejado e cada parte enterrada em covas distintas.

Quanto à irregularidades investigadas por esta Comissão, entendemos que a Promotoria de Investigação Criminal deve aprofundar a averiguação dos fatos com vistas à obtenção de verossimilhança, com base na farta documentação enviada por esta Comissão aos membros do Ministério Público, que agrega às informações anteriormente obtidas pela promotoria, poderão no futuro promover a responsabilização dos envolvidos.

Por fim, esta CPI, propõe à Presidência da Assembleia Legislativa, que determine à consultoria jurídica, a promoção de estudos com vistas à elaboração de projetos de lei que proíba sepultamento de pessoas diretamente na terra, sendo basicamente necessário a existência de habitatúculo mortuário construído especificamente para este fim.

### **Do Porto de Paranaguá (Appa) e Entre Posto Brasil-Paraguai**

Esta comissão promoveu uma vultuosa reunião extremamente concorrida e proveitosa no Município de Paranaguá, um dos maiores portos de importação e exportação do Brasil, criando um amplo debate com todas as autoridades representativas daquelas orla marítima. Requisitamos o salão de convenções do Porto de Paranaguá, bem como as dependências da Câmara Municipal e convidamos, além do superintendente do Porto de Paranaguá, o chefe da Guarda Portuária, representantes da Receita Estadual e Federal, representantes das Polícias Civil e Federal, juizes criminais daquela comarca, promotores de Justiça Criminal do Fórum de Paranaguá, para estabelecer um amplo debate, onde foram colhidos vasta quantidade de dados e informações concernentes a atuação de organizações criminosas naquela região; recebemos ainda relatórios e indicações de nomes de pessoas que continuam sendo investigadas.

O momento mais importante das investigações procedidas, foi quando foram colhidos os depoimentos de Sua Excelência o Cônsul Geral do Paraguai no Brasil Senhor Geraldo Vasquez Bogado e o Delegado Administrador do Depósito Franco Paraguaio em Paranaguá (Entrepósito BrasilxParaguai) Juan Esteche Alfonso, principalmente quando esta Comissão procedeu diligências no interior do Entrepósito, procedendo aberturas de containeres.

Procedida a análise de toda a informação compilada referente ao tema, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem a expor que são necessárias amplos investimentos no sistema de segurança no Porto de Paranaguá,

em apoio ao trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Guarda Portuária, sendo que no nosso entendimento, a atuação do Narcotráfico pode ocorrer na área de domínio portuário “APPA”, visto a inexistência de instrumentos e de competência disciplinadas para uma perfeita fiscalização e mercadorias no porto.

Entendemos também que há impossibilidade legal e instrumental de fiscalização dos containeres que transitam entre o porto e o Entrepósito BrasilxParaguai, facilitando o trânsito de mercadorias ilícitas.

Esta CPI recebeu informações de que acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai, impedem a abertura de containeres por autoridade brasileira, no interior do Entrepósito Brasil-Paraguai. Diante dos fatos, a Comissão levou ao conhecimento deste Plenário, tais impedimentos, sendo que fora aprovado nesta Casa, moção de todos os deputados, solicitando ao Ministério de Relações Exteriores o reexame dos acordos relativos ao entreposto Brasil-Paraguai.

Propomos que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após ouvido este douto Plenário, envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando urgentes investimentos, no sentido de fornecimento, para uso nas instalações do Porto de Paranaguá, de um equipamento de Raio X (Scanner) de grandes proporções, aos moldes do existente no Porto de Miami, para possibilitar a visualização do conteúdo interno dos containeres e cofres, sendo antecipadamente detectados vestígios e indícios de volumes irregulares que criem a possibilidade de existência de drogas, armas e outros contrabandos, facilitando em muito o trabalho da Polícia Federal brasileira. Esta medida faria com que, na origem, quando as cargas chegassem em terras brasileiras, antes de transitarem pelas rodovias do Estado do Paraná, fossem fiscalizadas e seu conteúdo “saneado”. A nossa Polícia Estadual e Federal saberia o que está transitando dentro destes containeres e cofres, lembrando que os convênios BrasilxParaguai, hoje existentes impedem que sejam abertos tais containeres. Um investimento mínimo perto dos benefícios de combate ao tráfico advindos para o povo brasileiro.

#### **Do Roubo de Automóveis/Caminhonetes**

Um outro assunto, interessante, que envolveu muito a CPI Estadual.

Esta CPI recebeu denúncias de atuação de organização criminosa em território paranaense, realizando roubo de caminhonetes. Tais fatos foram relatados por uma equipe de pessoas vítimas de roubos de caminhonetes, que reuniram-se com o escopo de investigar, visto a semelhança nos métodos de roubos ou furtos deste veículos. Procedemos diversas investigações, salientando que das 150 caminhonetes roubadas ou furtadas no ano de 2.000 (número elevado pelas vítimas) apenas 1% foi recuperado.

Realizadas investigações pela equipe da CPI, os agentes da inteligência se deslocam a alguns locais cita-

dos pelas vítimas, sendo que obtiveram resultados indicativos de que havia um elemento qualificado como José Costa Portes, atuando no roubo de caminhonetes, recebendo a equipe de inteligência da CPI, a missão de enviar esforços no sentido de promover a prisão deste elemento, que segundo os levantamentos é indiciado como um dos principais criminosos de quadrilha de roubo de caminhonetes aqui em Curitiba e região metropolitana, reconhecido por testemunhas, sendo que a prisão do mesmo acabou sendo realizada também pela CPI Estadual do Narcotráfico.

Então, essa CPI senhoras e senhores, conseguiu prender um rapaz que era, na verdade, um grande líder no roubo e no furto de caminhonetes, que havia uma ligação muito próxima com Santa Catarina.

Concluindo: Esta CPI pode confirmar que o grupo criminoso atuante na época foi identificado sendo preso o elemento de nome José Costa Portes e trazido perante esta comissão em reunião, ocasião onde também foi dado voz de prisão pela CPI à Sra. Simone dos Santos Pinto por falso testemunho.

É entendimento desta comissão que medidas no sentido de promover uma estreita relação entre as Secretarias de Estado da Segurança Pública do Paraná e Santa Catarina sejam tomadas, objetivando realizar operações policiais em conjunto, tendo em vista ter sido detectado que 90% das caminhonetes furtadas ou roubadas no Estado do Paraná, são levadas para o Estado de Santa Catarina, atitude que coibirá este tipo de prática delituosa.

Faz-se necessário o encaminhamento de um documento oficial do Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública solicitando ao Estado vizinho, que sejam intensificadas investigações documentais, principalmente nas cidades de Blumenau, Joinville e Itajaí, com escopo de reprimir esse tipo de ação criminosa, não só direcionadas ao roubo ou furto de camionetes, mas também de veículos em geral.

#### **Das Drogas**

O mercado consumidor de drogas é sempre crescente, sem precedentes na história, criando um império paralelo, prejudicando a soberania dos países. O narcotráfico torna nosso Brasil o segundo mercado consumidor de drogas do planeta, perdendo apenas para os Estados Unidos da América, gerando uma verdadeira máfia especializada, transformando-se num verdadeiro caos, interligando as organizações nacionais e internacionais, pois o comércio das drogas não possui limitações de fronteiras ou nacionalidade.

Todos os documentos, denúncias, listas de nomes, dados que não foram possíveis de investigar, por falta de tempo e condições, constarão de um documento sigiloso, em separado, desta Comissão Parlamentar, a ser entregue pelos membros desta CPI à Procuradoria Geral de Justiça e à SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública.



Após tantas reuniões realizadas, concluímos que o conjunto de propostas elencadas a seguir, poderá municiar o Estado do Paraná, com vistas a estruturar um projeto contendo medidas urgentes, dentre elas a aprovação de um projeto de resolução estabelecendo um novo regimento interno para a Comissão Permanente de Segurança Pública desta Assembléia Legislativa, pois este Poder não pode e não deve se furtar de cumprir sua função institucional de fiscalização dos órgãos públicos.

A atividade da CPI, junto com a “Força Tarefa”, com apoio total e irrestrito de promotores da região de Maringá e da PIC - Promotoria de Investigação Criminal, tomou depoimento do traficante, réu preso José Maria Montalvão, de quem obtivemos importantes informações, tais como:

- Como é transportada a droga por via aérea, e terrestre, porque a polícia tem dificuldades para localizar tais rotas, quais as estratégias de camuflar a organização criminosa, mencionou também a ligação do tráfico internacional (Colômbia, porto Kijarro) com o tráfico estadual, enfocando principalmente, o maior traficante financista do tráfico no Paraná, Hissan Hussein Dehaine, sendo procedida acareação entre os dois, o traficante e o financista, que culminou com a decretação da prisão temporária do senhor Hissan Hussein Dehaine em plena reunião desta CPI.

#### **Dos Trabalhos Realizados na Região Oeste do Paraná**

Por deliberação da comissão, instalou-se em data de 06 de novembro de 2000, na cidade de Foz do Iguaçu, uma Subcomissão Parlamentar de Inquérito, composta pelos Deputados Chico Noroeste, Serafina Carrilho e Tiago Amorim, com a missão de proceder investigações preliminares de denúncias envolvendo enriquecimento ilícito de Policiais Rodoviários Federais da região de Medianeira e Foz do Iguaçu, desmanche de automóveis na região de Medianeira, o uso de mulheres como “mulas” (elementos transportadores das drogas), e a prisão na cidade de Guaíra de um elemento transportando mais de uma tonelada de drogas.

Os trabalhos iniciais concentraram-se em levantamento de dados realizados pelos nobres deputados junto à Polícia Federal, à Delegacia de Polícia Civil à Receita Federal, à Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, à Delegacia de Polícia de Medianeira e de Guaíra e Polícia Federal de Guaíra, além de diversas denúncias documentadas que chegaram até a CPI.

Estes trabalhos preliminares constataram a existência de inúmeras mulheres usadas para tráfico de drogas, várias delas presas e entulhadas desumanamente na Delegacia de Polícia de Medianeira, sendo que a Subcomissão, através dos Deputados Serafina Carrilho e Chico Noroeste, colheu o depoimento da maioria delas no próprio distrito policial.

Foi constatado na cadeia Pública de Foz do Iguaçu, que num espaço com capacidade para 168 pessoas, esta-

vam presas 411, e na Cadeia Pública da Delegacia de Medianeira, que tem capacidade para acomodar 25 presos, constavam 109 pessoas, que precisam realizar rodízio para dormir e para ficar em pé ou sentado, num pátio a descoberto, sendo que quando chove, a maioria dorme na chuva.

Esta é a prova real da falência do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Neste sentido solicitamos ao Presidente da Assembléia Legislativa, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, demonstrando a urgente necessidade de investimentos para ampliação da cadeia Pública da Delegacia de Medianeira e Foz do Iguaçu.

Constataram também, a existência de estabelecimentos comerciais que atuavam no setor de desmanches em Medianeira, assim como a indicação de nomes de envolvidos com o tráfico de drogas da região, pessoas ainda em processo de investigação, sendo que tais informações foram compiladas, triadas, processadas e enviadas ao setor de inteligência da CPI, e posteriormente à Promotoria de Investigações Criminais.

E aqui faço um adendo: o Deputado Irineu Colombo, que mora na Cidade de Medianeira, acompanhou a CPI, teve o prazer inclusive de estar conosco e no trabalho. Só não acompanhou a prisão em flagrante - porque no momento ele não estava lá - de homens que desmanchavam carros roubados na Cidade de Medianeira.

Então, na Cidade de Medianeira nós levantamos que há uma rota clara que envolve o Mato Grosso do Sul, toda a fronteira por água, com o Paraguai e outros países. Isto ficou claro para a CPI.

Destes trabalhos concluiu-se que os principais fornecedores de maconha de haxixe para o Estado do Paraná, advém do vizinho país Paraguai, sendo estas drogas as preferidas pelo tráfico da região, com destino a outras cidades paranaenses e a outros Estados. Drogas industrializadas como cocaína e outras, usam também a rota via fronteira Paraguai, mas preferem utilizar-se de caminhos via Mato Grosso do Sul, advindas da Colômbia e Bolívia.

Concluímos que a região, composta pela cidade de Foz do Iguaçu e municípios limítrofes, é um dos maiores pólos de trânsito de drogas do Estado do Paraná, um importante ponto de entrada de narcóticos.

Prova disto é a constatação desta CPI, que 70% dos presos da Cadeia Pública de Medianeira, estão ligados ao tráfico de drogas.

A existência de uma enorme fronteira de águas formadas pelo Rio Paraná e pela gigantesca represa da Hidrelétrica de Itaipu, impede uma fiscalização perfeita. São necessários enormes investimentos, principalmente por parte do Governo Federal, para patrulhamento destas fronteiras, com barcos, helicópteros, sendo que constatamos que a Polícia Federal da região não possui equipamentos condizentes para cumprir sua missão, nem mesmo junto à Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai.

Quanto ao envolvimento de Policiais Rodoviários federais, esta CPI, até hoje permanece no aguardo de providências por parte da cúpula da Polícia Rodoviária Federal, no que tange a um melhor patrulhamento das estradas federais, e investigação da conduta de seus patrulheiros.

Ficou levantado pela CPI o enriquecimento ilícito de vários patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal, na região.

Alguns, inclusive, trocam de plantão pagando para que o outro partilhe os valores, na ordem de até dois mil reais.

Então, são denúncias que constam da CPI, que o Ministério Público vai receber, e que existe na região de Medianeira, no entreposto que existe ali, de fiscalização e também no posto da Polícia Rodoviária Federal, próximo a Foz do Iguaçu.

Em operação conjunta entre os membros desta CPI, os membros da Promotoria de Justiça e da 6ª Divisão de Polícia Civil de Foz do Iguaçu representada pelo Delegado Chefe, Doutor Luiz Gilmar da Silva, após análise de denúncias chegadas, foi procedida uma batida oficial da CPI, em desmanches de automóveis (Ferros Velhos) onde constatou-se irregularidades que culminaram com o fechamento do Comércio de Auto Peças Marafon e prisões do proprietário senhor Ivanir Antonio Marafon e de funcionários deste estabelecimento, que não chegaram a ser autuados em flagrante, a exemplo do proprietário do desmanche, autuado em flagrante pela CPI e naturalmente pela autoridade policial.

Saliente-se que todas as autuações objetivam estas interseções do tráfico, do contrabando, isto tudo, na maioria, pelo transporte rodoviário.

Então, é preciso que a Polícia Rodoviária Federal faça cumprir a lei na região e que puna os patrulheiros envolvidos porque a informação que a CPI obteve, é inclusive do pagamento de pedágio, para que se possa passar com a droga pela rodovia.

Senhor presidente, gostaria de salientar aqui, rapidamente, no encerramento do meu tempo, das propostas da CPI, que acho o ponto mais importante, passando pelo trabalho da CPI, as propostas:

1 - Necessidade da criação de vara especializada para o julgamento dos crimes arrolados na Lei nº 6.638/76, que é na verdade, o tráfico de drogas.

Acho que no Estado do Paraná precisamos ter a criação de vara especializada, assim como existe aqui a Vara de Ilícitos de Trânsito.

Nós precisamos ter uma vara especializada para julgar o traficante para que o juiz, o promotor possam conhecer os narcotraficantes do Estado do Paraná.

Uma outra proposta que a CPI apresenta ao Plenário:

2 - Implementação de intercâmbio entre os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul, visando a troca de informações relativas ao narcotráfico e ao crime organizado.

Como já foi dito, o narcotráfico não se detém em fronteiras e as ações dos grupos de narcotraficantes estendem-se por vários Estados da Federação, tento tentáculos, ainda, em países vizinhos onde é cultivada abertamente a *cannabis sativa*, a popular maconha, e onde é obtida a pasta base da coca que, depois de refinada, torna-se em cocaína, poderoso entorpecente hoje de uso difundido em todo o Brasil.

Cada Estado, através de suas forças policiais do Ministério Público e do Poder Judiciário, age isoladamente, detendo dados para consumo próprio. Há a necessidade de se incrementar intercâmbio entre os já referidos Estados do Sudoeste e do Sul do País, pois existem rotas claramente identificadas de tráfico de tóxicos que partindo da Bolívia ou do Paraguai, passam por toda essas unidades da Federação até o final do destino.

A CPI manda para o Ministério Público, quero fazer com que o Plenário tenha pleno conhecimento, uma lista com quase oitenta aeroportos clandestinos em todo o Estado do Paraná que não sofrem qualquer fiscalização, e que as autoridades policiais e o Ministério Público desconheciam que a CPI apurou.

Esse é um ponto principal, as autoridades do Estado do Paraná, desconheciam por completo a existência de pelo menos cinquenta aeroportos clandestinos no Estado do Paraná.

Esses dados todos, são passados hoje à Promotoria de Investigação Criminal, ao Ministério Público, às Secretarias de Segurança Pública e à Polícia Federal, para que tenhamos pelo menos obstruídas essas pistas clandestinas.

Gostaria também, de salientar uma outra proposta que consta no nosso relatório.

3 - Necessidade de se formar "forças tarefas" com a criação de grupos de trabalho que somem esforços no sentido de dar combate ao narcotráfico e ao crime organizado, nos moldes dos Estados Unidos da América e de outros países europeus.

4 - Integração entre as forças que combatem o crime no Estado do Paraná.

Imprescindível, hoje, um Estado carente de recursos como está, nós temos a Polícia Militar atuando na área, a Polícia Civil na outra, a Federal em outra, o Ministério Público em outra, e de repente essas forças não se unem. Por quê? Nós não sabemos. Há o pedido claro desta CPI para que essas forças se unam no combate maior do narcotráfico e aí a solicitação da CPI, para que essa força apareça, aconteça, aqui no Estado do Paraná, como vem acontecendo em países do primeiro mundo.

5 - Da necessidade de que sejam realizados estudos, por uma Comissão de alto nível, no sentido de que haja uma efetiva integração dos trabalhos da polícia civil e da polícia militar, visando adequar as duas instituições a uma nova realidade, em vista de projetos em trâmite no Congresso Nacional, que prevêm a unificação das polícias.

Esse é um assunto que acho muito importante e que a CPI, não poderia deixar de lado. Fala-se muito na interação das duas polícias, presidente, mas uma polícia não tem aula na escola da outra.

Ora, a interação que nós sabemos se começa pela escola. Porque a Polícia Militar não toma assento na escola da Polícia Civil? Porque os policiais civis não tomam assento na escola da Polícia Militar?

A interação se começa pela escola e aqui no Paraná nós não vamos isso. Nós vemos todo um complexo educacional para a polícia, por parte da Polícia Militar chamada Guatupê, e vemos na Escola da Polícia Civil. E uma polícia não manda sequer homens para prender a outra. Elas ensinam e são completamente diferentes uma da outra. E muito se fala em união das polícias. Então esse é um pedido da CPI. Para que isso aconteça já. Para ontem. Para que as polícias passem a tomar assento uma na escola da outra.

Da importância, senhor presidente, da Polícia Científica, do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística, serem desvinculados da Polícia Civil, passando a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, como também se estabelecer convênios com as universidades públicas estaduais, para a criação de departamentos que visem estudos de novas e modernas técnicas da ciência da investigação criminológica, da realização de exames requisitados pelas autoridades competentes.

É antiga a aspiração do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal de, tomarem-se independentes da Polícia Civil, subordinados que estão ao Delegado de Polícia que preside o inquérito policial, havendo casos em que ocorre indevida ingerência nos trabalhos realizados pelos peritos. Compondo a estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública os órgãos da Polícia Técnica passariam a ter plena liberdade de ação, agindo única e exclusivamente de acordo com os seus conhecimento tecnocientífico e com as suas consciências. Além disso, os trabalhos desenvolvidos estariam marcados pelo salutar selo da imparcialidade, uma vez que os experts não estariam mais a produzir a prova para a autoridade que preside uma peça inquisitorial, como é o caso do inquérito policial, e que tem direto interesse no deslinde da questão investigada.

De outra parte, seria altamente proveitoso para a investigação criminal que fossem estabelecidos convênios com universidades estaduais, no sentido da criação de departamentos visando o estudo de modernas técnicas da ciência da investigação criminológica, com trabalhos marcados pela excelência, já que o ambiente acadêmico, e os seus meios estruturais, tendem a incentivar pesquisas e apurar os conhecimentos. Além disso; ocorreria saudável concorrência entre as próprias universidades, interessadas em produzir o melhor trabalho, e entre os órgãos oficiais de Polícia Científica, acabando-se com a exclusividade que hoje existe e que tende a alterar a qualidade de qualquer atividade.

Submete-se esta proposta ao Plenário da Assembleia Legislativa que, aprovada, ensinará o envio de expediente oficial ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública, sugerindo a celebração de convênios com Universidades Estaduais, alterando ainda a legislação no sentido de que os órgãos da Polícia Científica passem a integrar a estrutura da SESP, e não à disposição do Delegado Geral.

Da constituição de carreira própria, para a Corregedoria da Polícia Civil, aqui é um item também muito apaixonante.

Hoje, como é que funcionam as coisas, senhores deputados? Funciona assim: O Delegado de Polícia ingressa na polícia, passa por uma série de delegacias, quando de repente esse mesmo delegado, é surpreendido porque é nomeado para trabalhar na Corregedoria da Polícia.

Ele vai passar a investigar um colega que até então com ele dividia a sala. Ora, isto tem que acabar. Isso não pode mais acontecer, no Paraná.

O que estamos propondo ao Plenário, é que tenhamos uma carreira própria para a Corregedoria da Polícia, ou seja: a partir de agora, no Estado do Paraná, vamos ter concurso específico para a Corregedoria da Polícia, ou seja: a polícia da polícia. O cidadão vai entrar no cargo de delegado da Corregedoria da Polícia Civil. Ele não vai ser delegado da Polícia e atuar na Corregedoria. O cidadão ingressa em concurso público para ser investigador da Corregedoria da Polícia Civil. Ele não pode ser tirado dali, ira para uma delegacia ou depois voltar para a Corregedoria, nesse caso até como punição, como já aconteceu muito aqui no Estado do Paraná.

Então a CPI propõe que, a partir de agora, a Secretaria do Estado de Segurança Pública do Paraná, abra carreira específica para Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Paraná, ou seja: a polícia da polícia, sem envolvimento dos policiais que estão aí, em delegacias.

Do programa da avaliação de saúde de agentes públicos, e um outro assunto importante.

Nós temos hoje muitos policiais civis e militares alcoólatras, alguns viciados em drogas ilícitas e ele de repente não têm a quem recorrer a tratamento.

Então, gostaria que a Secretaria de Saúde Pública, em especial a Segurança Pública fizesse uma programação de avaliação da saúde mental, da saúde física dos servidores públicos nessa área da segurança pública.

Da necessidade de sede própria para a segunda seção do Estado Maior da Polícia Militar - é um caso interessante - a segunda seção da Polícia Militar funciona no quartel da Polícia Militar, os policiais que lá trabalham têm que investigar os outros policiais militares e eles se encontram todos os dias nas mesmas salas. Então, há necessidade de uma sede para a segunda seção, longe, naturalmente, do quartel da Polícia Militar.

Da necessidade também das novas instalações adequadas ao trabalho realizado pela Promotoria de Investigações Criminal, bem como meios estruturais que

viabilizem o Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gerco, vinculado à referida Promotoria Especial.

E aqui eu quero, senhor presidente, fazer um agradecimento especial em nome desta Relatoria, a todos os senhores promotores, na Promotoria de Investigação Criminal, que não mediram esforços em nenhum momento em acompanhar todos os trabalhos desta CPI, sem exceção, todos os trabalhos da CPI Estadual do Narcotráfico foram acompanhadas pelos senhores promotores públicos da Promotoria de Investigação Criminal.

Eu quero aqui fazer um agradecimento especial, naturalmente na figura do diretor da PIC, doutor Dartagnan C. Abilhão, fazendo assim extensivo aos demais promotores, em especial ao doutor Vani Bueno que acompanhou todas as sessões da CPI, fazendo parte, naturalmente, da Promotoria.

Então estamos aqui fazendo uma solicitação para que tenhamos reaparelhada a PIC, para que possa continuar no combate ao crime organizado.

Da necessidade de um modelo de Polícia Civil para adequar-se à realidade do terceiro milênio - a questão da informação não podemos mais, de repente, viver sem ela; nós sabemos disto. Quando vamos em delegacias, em distritos policiais, eu, os Deputados Algaci Tulio, Chico Noroeste, Serafina Carrilho, Ricardo Maia, Tiago Amorim e Luiz Carlos Alborghetti, que participou de várias sessões com a gente, sendo membro da Comissão de Segurança Pública, convidado inclusive para participar, quantas vezes fomos às delegacias de polícia durante a CPI e encontramos lá policiais com máquinas que, quando havia máquina de datilografar não havia papel; quando havia o papel a máquina estava quebrada. Esta a situação, infelizmente, de alguns distritos de delegacias na capital do Estado.

A proposta, senhor presidente, que esta CPI naturalmente vai incluir na sequência, no Regimento Interno da Comissão Permanente da Segurança Pública dessa comissão que temos, para que nós tenhamos melhorado o Regimento Interno, a Comissão de Segurança Pública desta Casa para que se torne uma CPI Permanente da Segurança Pública.

E, por último gostaria de fazer uma ressalva, um agradecimento à equipe de assessoramento desta Casa.

Gostaria de agradecer à Diretora Legislativa, Severo Olímpio Sotto Maior, que indicou os nossos companheiros, consultor jurídico da CPI, Jeferson Abede, secretário da CPI, o bacharel Wilson Penca, o assessor para assuntos especiais, Allan marco Andrade, a secretária executiva da CPI, a bacharel Sandra Zampier, à Secretaria Executiva da CPI, Cláudia Andréa de Azevedo, a quem nós agradecemos muito pela colaboração, determinação e presteza, à Coordenação da Taquigrafia da CPI, o Airton Santin, e também gostaria aqui de deixar claro o préstimo da ex-servidora desta Casa que muito nos ajudou e já não está mais conosco, a Raquel Pedroso, que é hoje uma ex-servidora da Casa, o assessoramento técnico

da investigação, o Comando Geral da Polícia Militar, servidores militares, integrantes da segunda seção da Polícia Militar, o primeiro-tenente, o Polak, o segundo-tenente, o Bayer, o terceiro-sargento, Gilberto Guimarães, o cabo Lician e o cabo Edson... e "*in memoriam*", porque nós perdemos um dos homens, não durante a investigação da CPI, mas passada a CPI, num acidente de trânsito, o soldado Adenilson dos Santos Silveira.

Só para concluir, gostaria de dizer que todos os membros desta CPI assinaram esse segundo documento que diz o seguinte - que todas as informações da CPI, todas elas, as anônimas, as que vieram pelo disque-denúncia, todas as que não puderam ser investigadas pela CPI por pura falta de tempo serão levados para as seguintes autoridades: Procuradoria Geral da Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Poder Judiciário e ao governador do Estado, Jaime Lerner. Assinaram esse documento o Deputado Algaci Tulio, na condição de presidente, eu como relator, o Deputado Tiago Amorim, a Deputada Serafina Carrilho, Deputado Fernando Ribas Carli, Deputado Chico Noroeste, Deputado Ricardo Maia e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, convidado que foi pela CPI representando a Comissão de Segurança Pública.

Era esse o teor da nossa minuta, do nosso relatório final da CPI Estadual do Narcotráfico e do Crime Organizado.

### O Sr. Sérgio Spada

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ricardo Chab, nobres colegas parlamentares, confesso que estou com um profundo sentimento de frustração. Já havia folheado o relatório final em partes por Vossa Excelência, prestei atenção à vossa manifestação, e confesso, tomara que eu esteja enganado acho que a CPI e esta Casa, se aprovar esse relatório do jeito que está, está prestando um serviço a esta Casa, ao Paraná, e particularmente para a minha região.

Deputado Ricardo Chab, data vênha o esforço de Vossa Excelência, o empenho do Deputado Algaci Tulio, não vi, não ouvi um único nome de nenhum novo elemento incluído nesse relatório que estivesse envolvido com o narcotráfico, com lavagem de dinheiro, com desmanche de carro em todo o Estado do Paraná, e particularmente na minha região.

Declarações como essa que consta do relatório: "concluimos que a região composta pela Cidade de Foz do Iguaçu e municípios limítrofes, é um dos maiores pólos de trânsito de drogas do Estado do Paraná, o importante ponto de entrada de narcotráfico".

Olha, isso é chover no molhado, deputado Ricardo Chab, isso só ajuda a afundar e piorar ainda mais a imagem daquela cidade que está cambalhante em função dos graves problemas que enfrenta, e principalmente desse conceito de cidade-fronteira onde o crime campeia e nada se faz para se tomar as providências.

Ora, deputado Ricardo Chab, eu não consigo admitir, aliás, esse é o meu sentimento e sinto pela segunda vez nos últimos tempos quando se fala em CPI de Narcotráfico. Há pouco tempo atrás a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu instalou uma CPI do Narcotráfico, criaram uma polêmica desgraçada em Foz do Iguaçu e pelo Brasil, insinuaram que tinha político e empresários envolvidos na CPI do narcotráfico apurada em Foz do Iguaçu. Resultado, nenhum nome veio à baila, salvo de um vereador levantado pelo relator, ou membro da CPI Nacional que é o deputado Roque Zimerman, que aliás não consta desse relatório.

Então, não dá para ficarmos passando atestado de boa conduta, de idoneidade, a bandidos, a traficantes, a integrantes de desmanches que estão lá funcionando em plena luz do dia na cidade de Foz do Iguaçu.

Eu me nego votar um relatório como esse, porque seria o mesmo que dar um atestado de idoneidade a esses bandidos que estão atuando naquela região de fronteira, e tem, Vossas Excelências sabem que tem, mas não foram apontados em momento algum nesse relatório, como não vi também no Relatório da CPI Nacional.

É por isso, deputado Ricardo Chab, conhecedor profundo que sou das dificuldades que enfrentamos naquela região, que acho, data vênia, mas esse relatório do jeito que está sendo colocado aqui, é um deserviço a esta Casa, ao Paraná, e é um desastre para a minha região de Foz do Iguaçu.

#### O SR. RICARDO CHAB

Deputado Sérgio Spada, o senhor perdeu a oportunidade de falar durante a CPI, nós estivemos na sua cidade por dois dias, o senhor perdeu a oportunidade de revelar tudo aquilo que sabe. Mas ainda há tempo, deputado, o senhor pode fazer por escrito a esse relator que nós, com maior prazer do mundo, iremos em busca das informações...

#### O SR. SÉRGIO SPADA

Eu não sou policial...

#### O SR. RICARDO CHAB

Eu ouvi calado, agora o senhor vai me ouvir, eu ouvi em silêncio o senhor, então espere pela oportunidade de fazer um relatório na região de Foz do Iguaçu e mandá-lo com o nome das pessoas que o senhor disse que conhece, porque esta CPI não conseguiu, e esta CPI, vou deixar bem claro para o senhor, conseguiu prender onze pessoas, pessoas envolvidas, sim, com o crime organizado.

Se houve da sua parte qualquer ausência, a culpa não é da CPI, é da sua pessoa.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

#### O Sr. Algaci Tulio

Confesso que quando assumi a condição de presidente desta CPI, tinha a certeza que não iria agradar a

todos. Tinha a certeza também que, quando esse relatório fosse lido em Plenário, algumas críticas viriam em cima dele.

É uma pena como disse Vossa Excelência, que o deputado Sérgio Spada não tenha tido o mínimo de colaboração, a mínima preocupação quando sabia, antecipadamente, que esta comissão iria se instalar na cidade de Foz do Iguaçu. Ele poderia ter trazido uma extraordinária contribuição, sabedor e conhecedor daquela região, quem é o traficante, o político, o vereador envolvidos com o tráfico de drogas, o cidadão de Foz do Iguaçu que tem a pista clandestina na sua cidade. Ele que foi candidato a prefeito daquela cidade, sabe mais do que qualquer um deste plenário.

Perdeu a oportunidade Sérgio Spada de ficar quieto. Poderia ter se manifestado no momento oportuno e, lamentavelmente não o fez. Portanto, não é a pessoa credenciada para fazer críticas a este relatório.

Deveria, na sua condição de homem público, representante do povo daquela região, ter nos acompanhado como fez o deputado Chico Noroeste, em todo o instante, dando a cobertura necessária, para que esta CPI fosse instalada em Foz do Iguaçu, como fez o deputado Irineu Colombo, na cidade de Medianeira, como fizeram os Deputados Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Divanir Braz Palma, na cidade de Maringá e assim por diante, como fez o Deputado Tiago Amorim, na sua região também.

Deputado Ricardo Chab, quero dizer que, lamentavelmente, o Deputado Sérgio Spada, sabendo que havia uma CPI do Narcotráfico do Crime Organizado - isto é ruim para o Estado do Paraná, queríamos que fosse diferente a situação de Foz do Iguaçu - poderia ele ter chegado a esta CPI, particularmente, já que não quis fazer parte da CPI, aliás, o seu partido retirou-se da CPI, portanto, menos credenciado a falar, porque irresponsavelmente, o seu partido se retirou da CPI.

Eu queria dizer, deputado Ricardo Chab, talvez, poucos aqui saibam o que enfrentamos nesse período. A imprensa não sabe o que enfrentamos. A nossa família não sabe o que enfrentamos, fazendo um trabalho que não é obrigação de um parlamentar, investigar crime, prender traficante, prender contrabandista, isso não é papel de político. Mas a esta Casa foi imposta esta condição. Poucos se aventuraram, poucos tiveram a coragem de assumir um cargo nesta CPI. Agora, temos a pecha de que não trouxemos nenhuma novidade. Onze, doze prisões, não significam nada. Esta Casa foi palco de madrugadas, de prisões aqui dentro. Isto não é resultado? Uma sessão que começou às quinze horas, de um dia e terminou as sete horas do dia seguinte, deputado Sérgio Spada, isto não é resultado? Ou será que tínhamos que prender a cidade inteira ou quase inteira, com todo o respeito com o povo de Foz do Iguaçu? Quero crer que esse não era o caminho.

Ninguém mais do que eu sofreu nesta CPI, aliás, antes mesmo dela ser instalada.

Confesso deputado Ricardo Chab, que apesar de algumas situações que não pudemos concluir, frustrado estou de não poder continuar fazendo o trabalho que eu queria fazer, de completá-lo.

Vossa Excelência também se sente frustrado com a falta de tempo. Pegamos uma CPI que veio a reboque de uma CPI que ganhou destaque a nível nacional. É evidente que teríamos dificuldades.

Pegamos uma CPI, durante um período de recesso parlamentar desta Casa e não paramos no recesso. Trabalhamos durante o recesso, fizemos viagens, fizemos sessões aqui nesta Casa e na região metropolitana, pegamos ainda o período eleitoral. Enquanto o Senhor Sérgio Spada estava fazendo companhia política para prefeito, no seu município, nós estávamos lá, tentando caçar o traficante daquela cidade. Isso tem que ser dito, aqui, neste momento!

Portanto, deputado Ricardo Chab, confesso que hoje, neste misto de frustração e de contentamento, cumpro mais uma tarefa dentro desta Casa, juntamente com Vossa Excelência, juntamente com os parlamentares, Tiago Amorim, Fernando Ribas Carli, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Chico Noroeste e com a colaboração extraordinária do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Completo esta missão e já estou pronto, senhor presidente, para uma nova missão. É o povo do Paraná que me paga, para que eu não seja omissos para que possa colaborar com este Estado!

Então quero, neste momento, agradecer a cada um dos senhores parlamentares que me acompanharam, e saibam que membros dessa Comissão tiraram dinheiro do bolso, em muitas ocasiões, para poder completar o seu trabalho. Não estamos cobrando nada desta Casa.

Então eu queria, neste momento, me perdoem o desabafo, mas acho, com todo o respeito que tenho a Vossa Excelência Deputado Sérgio Spada, e não leve isso pessoalmente, Vossa Excelência que tem uma passagem belíssima como deputado federal, nesta Casa, em outras ocasiões, mas, me perdoe, cometeu um erro. Tudo bem, não podemos agradar a todos, é impossível, mas dentro das limitações que esta Casa nos ofereceu, com cinco CPI's, correndo ao mesmo instante, nós fizemos milagre com sete pessoas corajosas, dentre elas uma mulher, que é a Deputada Serafina Carrilho, a quem eu dedico esse trabalho da CPI, porque precisa ter muita coragem! Se nós, homens, enfrentamos as dificuldades e às vezes até nos amedrontamos, imaginem a Serafina Carrilho, deputada de primeiro mandato nesta Casa, não se intimidou, colocou a sua cara para quebrar, na sua cidade, na sua cidade! Isto eu queria deixar registrado.

Quero agradecer a sua pessoa, Deputado Ricardo Chab, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com esta CPI. Ela representa o seu trabalho, pode não ter sido a contento de todos mas foi o que nós podemos fazer, com a estrutura que nós pudemos arranjar, para trabalhar esta CPI, dias e noites, madrugadas por este Paraná afora.

E se tiver, neste mesmo ano, no próximo ano, uma outra CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, eu sei que este grupo de homens corajosos e valentes e dessa mulher, valente e corajosa, certamente estarão aí, senhor presidente, à sua disposição, para fazer cumprir o seu papel também.

#### O SR. RICARDO CHAB

Até quero talvez desconsiderar o aparte do Deputado Sérgio Spada, porque quando da CPI ele estava em licença, nesta Casa, talvez por isso o fato de ele não ter atuado.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

#### O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Queria dizer a Vossa Excelência que eu fui convidado para participar como vice-presidente da Comissão de Segurança, a maioria das denúncias, Deputado Sérgio Spada, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, todas as denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público do Paraná, algumas denúncias não podem ser relatadas, neste Parlamento, nem muitos nomes, não podem, não podem! Acompanhei o trabalho do Gerco, acompanhei o Deputado Algaci Tulio, com um avião vendo aeroportos clandestinos, no Estado do Paraná. Acompanhei, sentado naquela mesa, às 3 horas da manhã, pedindo pelo amor de Deus para que fosse presa uma pessoa na Capital do Paraná, que estava envolvida no narcotráfico.

Tenho ódio de traficante de drogas, tenho ódio do crime organizado, e o Relatório da CC5 que nós recebemos, também está nas mãos do Ministério Público.

Não pertenço a essa CPI, fui convidado como observador da Comissão de Direitos Humanos para que nenhuma das pessoas ouvidas alegassem que foram espancadas, ou alegassem na oportunidade, que estavam sendo obrigadas.

Teve uma sessão, nesta Casa, que compareceram aqui mais de 40 proprietários de caminhonetes praticamente zero quilômetro, que tiveram as caminhonetes roubadas e, tive a satisfação de desmascarar o canalha. Tive a satisfação de sentar atrás de uma imbecil, de uma cretina, de uma bandida quando a vi fazendo um sinal, para que a CPI fosse enganada.

Naquele momento nós acabamos derrubando toda essa quadrilha que roubava caminhonetes, não só em Curitiba, mas nas maiores das Cidades do Paraná.

#### O SR. RICARDO CHAB

Com prisão em flagrante.

#### O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Acompanhei o depoimento da Conexão Bolívia que não posso citar aqui porque estou proibido pelo Ministério Público, e está sob segredo de justiça, da

conexão de um cidadão que foi preso aqui em Guaíra, com uma tonelada de cocaína.

Quando cheguei a Guaíra fiquei apavorado, estava com o Deputado Tiago, Deputado Algaci, com o Cláudio, o Gerco. Olha, vi tanta coisa!

Mas gostaria de dizer aos senhores que realmente a maioria das informações não podem ser citadas neste Parlamento. Não podem ser citadas. Estão todas no Ministério Público, estão todas sendo averiguadas pelo Gerco, que já deveria ser transformado num decreto lei do Governo do Estado, como a polícia, como o Gerco, como os homens que têm uma central de informações, em 06 investigações que merece o respeito desse deputado, da minha família, e da família deste Parlamento, que estão trabalhando dia e noite.

Só no mês passado o Gerco prendeu através de denúncias dessa CPI, crack, cocaína, tudo na barreira de Santa Catarina à Capital do Paraná.

Quero parabenizar Vossa Excelência, e senti na carne o desabafo do Deputado Algaci Tulio. Ele passou por momentos terríveis, foi uma correria de todos os deputados. Lembro que o Deputado Irineu Colombo falou assim: - Vamos para Medianeira que a barra lá é pesada. Nós vamos sofrer ameaça.

Olha, de tudo que acompanhei, realmente, a maioria, a totalidade das informações secretas, que não pode cair nem eu posso falar isso no meu programa de televisão, está sendo averiguada pelo Ministério Público do Paraná, graças ao relatório que Vossa Excelência já encaminhou para lá.

#### **O Sr. Tiago Amorim**

Nós passamos por muitas dificuldades e o Deputado Algaci Tulio, quando fala, fala emocionado, porque conviveu esta realidade na fronteira e, lá eu particularmente, que fui pessoalmente na região de Guaíra, quando chegávamos na cidade já estávamos sendo ameaçados de morte.

Fomos a Maringá. Interrogamos o elemento José Montalvan, elemento que conseguimos puxar o fio da meada, que tinha conexão internacional do tráfico de drogas, elemento que nos deu a condição dentro deste Parlamento, de identificar o secretário de Maringá, Paolicchi, envolvido no narcotráfico, está na cadeia.

Através da nossa CPI interrogamos José Montalvan, conseguimos aqui, às 3h50 da madrugada, pedir a prisão através do nosso trabalho, quando solicitamos aqui a presença de um juiz e que este, mais que imediatamente, vendo que a nossa missão estava sendo voltada aos interesses da sociedade do Paraná, imediatamente assinou o pedido de prisão de Hissan Hussein, elemento este que não foi preso pela CPI de Brasília, mas que foi preso pela CPI do Paraná e que estivemos lá determinados e cumprimos com a nossa obrigação. Somos sabedores também que esse trabalho nosso causou muita inveja e causou muitos calafrios nos elementos que estavam e

ainda estão envolvidos no crime organizado, os quais tentaram nos intimidar.

Para concluir, acredito eu que mesmo nesse curto espaço de tempo em que estivemos atuando em todas as cidades do Paraná, calamos a boca de muitos malditos traficantes e marginais envolvidos no crime organizado e esperamos que o Ministério Público, que tem outros documentos importantes que foram repassados inclusive no esquema de lavagem de dinheiro, onde duzentos nomes foram denunciados pela CPI de Brasília e envolvem pessoas de Foz do Iguaçu, do interior do Estado do Paraná, do Oeste do Estado, e sempre digo e como diz o jargão popular: “Às vezes, depois que o leão está morto, todo mundo quer pisar em cima e tirar foto”.

Cumprimos com a nossa parte. Não pudemos fazer mais, evidentemente, mas tenho absoluta certeza que eu, particularmente como deputado, vou dormir sossegado, porque sei que a minha missão e dos meus companheiros e da companheira Serafina - uma senhora corajosa e determinada, que foi ameaçada na Cidade de Medianeira, quando lá efetuamos a prisão do dono de um desmanche.

Então, senhor relator, parabéns pelo relatório que acompanhamos e tenho certeza absoluta, todas as vezes que formos convocados pelo Ministério Público ou pelo povo do Paraná, a participar de uma CPI, como já vamos participar da CPI das Telecomunicações, não vamos de maneira nenhuma, nos furtar em dar a nossa colaboração, como parlamentar do Estado do Paraná.

Obrigado.

#### **O SR. RICARDO CHAB**

Só gostaria de dizer que, se pecamos, não foi por omissão e nem por covardia ou qualquer coisa neste sentido. Se pecamos foi por falta, talvez, de condições de trabalho.

Concedo a palavra à Deputada Serafina Carrilho.

#### **A Sra. Serafina Carrilho**

Gostaria de dizer que é lastimável o que aconteceu aqui nesta tarde, porque, como o pessoal da equipe trabalhou! Em nenhum momento o pessoal ficou com os braços cruzados. Aqui, demos um exemplo. O Hissan Hussein foi preso aqui dentro e ficamos dois dias aqui, dia e noite. Quem passou tudo, fomos nós. Ninguém vê o que o pessoal trabalhou e ele foi preso por causa da nossa equipe da CPI.

Lá em Maringá, como o Deputado Tiago Amorim disse, a mesma coisa e em Foz do Iguaçu, todas as noites, a equipe jurídica junto conosco, o Doutor Jefferson, o Wilson, a equipe das taquígrafas, estavam lá, não mediam esforços. O pessoal da taquigrafia trabalhou dia e noite, e ainda acham que não trabalhamos?

Os desmanches de Medianeira! Quem é que estava lá? O Senhor Algaci Tulio, era o Tiago Amorim, era o Chico Noroeste, era o nosso relator. E ainda vem gente dizendo que não trabalhamos! Ameaçada de morte em Maringá, andando com detetive para cima e para baixo,

os meus netos...! Isso é brincadeira, gente! Se não trabalhamos mais, foi porque as pessoas que sabiam coisas para contar, não trouxeram para nós, para que trabalhássemos em cima disso!

Parabéns, Algaci Tulio, você é um homem de garra. Aliás, a equipe toda, que trabalhou dia e noite, não desmerecendo as outras CPI's. Mas a turma trabalhou e deu prova, sim! Muita gente presa, muita gente que ainda vai ser!

Era o que queria dizer. Obrigada ao senhor também, relator, que fez um trabalho relevante, um relatório maravilhoso junto com a equipe jurídica: doutores Jefferson, Wilson e toda a nossa equipe.

Parabéns! Homens como vocês devem estar em CPI's grandes mesmo, para defender da corrupção, defender dos que fazem mal às nossas famílias.

Obrigada.

**O SR. RICARDO CHAB**

Concedo aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

**O Sr. Cleiton Kielse**

Querida, em nome dos demais deputados que fazem parte desta Casa, e que não participaram desta CPI, primeiro parabenizar toda a comissão pela coragem que tiveram.

Eu, como amigo dos policiais civis e militares do Estado, acompanhei por diversas vezes os policiais ameaçados, Deputada Serafina, os policiais com receio de participar de algumas reuniões, porque as ameaças saíam de todos os lados, saíam dos desmanches de veículos, saíam dos traficantes, saíam das malocas que temos em Curitiba, com as notícias que ia morrer tal e tal deputado, e que, graças a Deus, nada ocorreu.

Mas Vossas Excelências passaram realmente, por maus bocados. Nós aqui na Assembléia ficamos apreensivos em várias reuniões. A de Foz do Iguaçu, principalmente, o código dos traficantes lá é sumir com os delatores, como dos vinte e cinco que testemunharam, dezoito já morreram, inclusive pessoas que conhecíamos, que já eram traficantes, reincidentes, delatores, que hoje não estão mais aqui.

Queremos parabenizar toda a comissão, a coragem de Vossas Excelências, e, tenho certeza, visaram mais seus familiares que vocês mesmos, sabendo que o risco talvez a tristeza de morrer como herói, fazendo o bem que fizeram.

Agradeço, de coração, porque tiraram muita gente suja da praça, muita gente que fez muitos morrerem, inocentemente, traficantes que distribuíram o ódio pelo Paraná e que hoje, graças a Deus, estão fechados e que, tomara, como diz o Alborghetti: "Traficante bom é traficante morto", "Ladrão de carro bom é ladrão de carro morto". E é isso que devíamos fazer, um código de ética aqui. Vossas Excelências merecem parabéns, todo o louvor por esta comissão, mas principalmente, pela coragem de Vossas Excelências e pelo relatório.

**O SR. RICARDO CHAB**

Só para esclarecer: foram vinte e dois assassinatos que a CPI levantou, de pessoas que formalizaram denúncia e foram executadas. Isso levantado pela CPI Estadual do Narcotráfico, cujos números estão no relatório - alguns já identificados previamente.

Com aparte, o deputado Chico Noroeste.

**O Sr. Chico Noroeste**

Deputado Ricardo Chab, gostaria de parabenizá-lo pelo relatório, que realmente reflete o trabalho que fizemos. Um trabalho árduo, um trabalho perigoso, um trabalho que muitos deputados aqui, com certeza, pelo risco que teve, não gostariam de fazer. Inclusive alguns deles, quando indicados, retiraram seus nomes. E no que diz respeito à região Oeste do Paraná, à Cidade de Foz do Iguaçu, não posso concordar que naquela região o trabalho não foi feito a contento. O trabalho lá foi árduo e tudo que nós recebemos de denúncia, todas as investigações que fizemos, que não foram evidentemente só aquelas públicas; foram várias.

Lá em Medianeira, por exemplo, nós ouvimos mais de 40 pessoas com os depoimentos preliminares, e identificamos naquela região, pela denúncia, pelo material que nós temos, sabemos que lá deve ter também grandes traficantes, mas pelas denúncias que temos, pelo material que temos não indica aqui, que Foz do Iguaçu é um centro, é uma cidade que centraliza grandes traficantes. E sim, o que ficou constatado é que Foz do Iguaçu, pelas características que tem, é um local forte de passagem de drogas. Percebemos que pelo trabalho que fizemos que o Paraguai, em especial, é um grande fornecedor de maconha para o Estado do Paraná e para os mais diversos pontos do País. Isso é o que nós constatamos. E não podemos admitir que Foz do Iguaçu seja manchada com esta questão de que lá é um local que concentra grandes traficantes, porque não conseguimos e não consta do material que temos, que diga isso.

Agora sim, voltamos a repetir, Foz do Iguaçu, sim, pelas características que tem, é uma passagem forte de drogas, de contrabando, e contrabando de arma também.

Portanto, não queremos polemizar com nosso colega, Deputado Sérgio Spada, até por que ele na época não teve condições de participar, porque estava em campanha, mas poderia, sabendo de alguns nomes grandes, fortes de traficantes, ter informado à CPI, que o trabalho evidentemente seria bem mais proveitoso.

Muito obrigado.

**O SR. RICARDO CHAB**

Senhor presidente, para concluir, gostaria de deixar claro que todo o material que temos, as informações que não foram investigadas, todas as denúncias serão encaminhadas pela Comissão à Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

Só para concluir, concedo um aparte ao Deputado Custódio.



**O Sr. Custódio da Silva**

Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado.

Quero parabenizar o trabalho desta CPI. E o que importa é que esta CPI não teve elogios só aqui nesta Casa, mas de todo o povo paranaense. Nós que tivemos acesso a uma pesquisa não oficializada, e a população do Paraná, desde os quatro cantos, nobre colega deputado, deu nota 10 a esta CPI e à coragem desta Comissão em ficar de frente à grande máfia do Paraná e desvendar esse grande cartel do Estado com o motivo de buscar junto com o povo do Paraná, de limpar estes traficantes, que vinham realmente traficando nossos filhos nas escolas, nos bairros, em toda a cidade. Não importa, a crítica vem até de bom nível. O que interessa para esta CPI é o elogio oficializado pela população do Paraná, pela coragem da Comissão que, frente aos marginais, fez um grande trabalho em favor do Paraná.

Muito Obrigado.

**O SR. RICARDO CHAB**

Obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado Edno Guimarães.

**O Sr. Edno Guimarães**

Nós queremos cumprimentá-lo pela facilidade que o senhor tem em demonstrar o trabalho realizado por esta Comissão. E quero dizer aos nossos companheiros, que na Bíblia está escrito que temos que estar prontos para ouvir e tardios no falar. Então, quando há solicitude de algum pronunciamento é que você vê o prejuízo.

O trabalho que essa CPI fez e as demais CPI's criadas praticamente numa época só, tanto do combustível, como as demais, e fiz parte junto com o Deputado Durval Amaral e demais parlamentares, na de combustível, foi feito um trabalho brilhante mas a CPI do Crime Organizado é uma CPI que até para você compor é difícil, porque é perigoso. Vocês tiveram muita coragem, pelo trabalho que esta Comissão fez, pelas ameaças que vocês tiveram, pelo relatório que está sendo apresentado hoje, e nós queremos cumprimentar a todos.

Parabéns, vocês fizeram um trabalho brilhante ao Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. RICARDO CHAB**

Obrigado, Deputado Edno.

Eu gostaria de encerrar, senhor presidente, só agradecendo a presença da Casa, porque o senhor em nenhum momento poupou esforços em colaborar com a CPI. Então agradeço, na condição de relator, à sua pessoa, pela maneira desprendida como o senhor colaborou com a nossa CPI.

Muito obrigado, agradeço aos senhores deputados, obrigado!

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Questão de Ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Questão de Ordem, Deputado Sérgio Spada.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Fui citado duas, três vezes por diversos parlamentares, e me sinto no dever de trazer alguns esclarecimentos à Casa e ao Paraná.

Primeiro: não fiz parte da CPI do Narcotráfico, porque naturalmente, eu era um dos deputados do PSDB no momento, e fui fazer parte da CPI da Adulteração do Combustível.

Segundo: indicada para a "missão" foi a Deputada Serafina Carrilho, que na oportunidade era do PSDB. Quer dizer, o PSDB não se omitiu, fez seu papel, indicou a Deputada Serafina Carrilho.

Terceiro: não estava licenciado naquele momento, como parlamentares desta Casa, mesmo candidato a prefeito de Foz: vinha uma vez por semana aqui e não me licenciei desta Casa para ser candidato a prefeito de Foz do Iguaçu, portanto não estava licenciado conforme foi afirmado por alguns parlamentares.

Quarto: não tiro o mérito do esforço de cada um dos parlamentares e da Deputada Carrilho, que se locomoveram, se deslocaram a Foz do Iguaçu, se deslocaram a Medianeira, que tenho certeza, perderam horas de sono, foram ameaçados, isso tudo eu sei, aliás, o Paraná sabe disso tudo. Não vale alegar aqui que faltou estrutura, que gastaram dinheiro do bolso, isso é bobagem. A Casa tem obrigação de dar estrutura para os parlamentares trabalharem, se gastaram do bolso, foi porque quiseram.

Quinto: Senhor presidente, acho que aprovar um Relatório de CPI nesta Casa é um gesto da maior responsabilidade de qualquer parlamentar, até por que esses relatórios podem servir de subsídio para defesas de marginais, de traficantes em processos que correm na Justiça, Promotoria de Investigação Criminal, Justiça e por aí afora. Quer dizer, temos que ter esse cuidado para não dar atestado de boa conduta a marginal, a bandido, a traficante.

E volto a reiterar aqui, Deputado Algaci Tulio, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência e todos os parlamentares que compõem essa CPI, sei do esforço e do trabalho de vocês, agora, o resultado apresentado para aprovarmos aqui, na minha concepção, na minha avaliação é frustrante, não traz um fato novo, não traz nomes de ninguém que esteja eventualmente envolvido, um dos destinos para os quais a CPI foi criada.

Crime Organizado, por exemplo, desmanche de carro, vocês passaram lá pela delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu.

**O SR. ALGACI TULIO**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, Deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

O Deputado Sérgio Spada está fazendo a sua colocação, mas olha para mim, pergunta para mim, se nós passamos, em Foz do Iguaçu e vimos desmanches.

Vamos travar aqui um debate então, deputado, se a Assembléia e se o presidente me permitirem, vamos travar um debate com o deputado, porque ele está olhando para mim e dizendo, me perguntando se nós passamos. Eu quero responder.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Vossa Excelência é o presidente da Comissão.

Deputado Algaci Tulio, o que estou falando é real, os nobres colegas passaram na Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu. Quantas carretas de peças de automóveis têm empilhadas atrás da 6ª Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu? Não vi menção neste relatório a respeito deste caso gravíssimo! É espantoso, senhor presidente e senhores parlamentares! Não tiro o mérito seu das dificuldades, mas não cabe aos parlamentares, integrantes desta Comissão alegar até dificuldades financeiras para apresentar um relatório, na verdade que serve como verdadeiro atestado de boa conduta aos marginais, aos traficantes que atuam naquela região de fronteira, como de resto em todo o Estado do Paraná.

Continuo convencido de que este relatório não deve ser aprovado por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero, inicialmente, cumprimentar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, na pessoa do seu Presidente Algaci Tulio; na pessoa do Deputado Relator Ricardo Chab; Deputados Tiago Amorim, Fernando Ribas Carli, Ricardo Maia, Chico Noroeste e Deputada Serafina Carriello, pelo excelente trabalho que fizeram. E, com certeza, o trabalho realizado por esta Comissão já surtiu grandes efeitos e será encaminhado ao Ministério Público, que terá condições, realmente, de tomar as medidas judiciais.

Respondendo à questão de ordem levantada pelo Deputado Sérgio Spada, se tem conhecimento de tantas irregularidades deve trazer ao conhecimento desta Casa, para que possamos levar ao Secretário de Segurança do Estado. Qualquer deputado, não precisa ser Comissão de Inquérito, pode fazer qualquer denúncia, nesta Casa, que nós vamos encaminhar tanto ao secretário como ao Ministério Público, se for o caso.

Dando continuidade, no Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Moysés Leônidas

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Quero inicialmente cumprimentar a jornalista Roseli Valério, que na tarde do dia 24 acabou, pela categoria, sendo eleita para presidir o Comitê dos Jornalistas

desta Casa, bem como o jornalista Felipe Batista, que foi eleito vice-presidente.

Senhor presidente, hoje, dado até ao tempo, queria trazer outros assuntos, mas vou me ater a duas coisas que tenho interesse em deixar consignado, antes que termine este mês. Nós estamos vivendo, aqui, a questão da discussão da Copel, dos discursos acalorados, e particularmente na minha Cidade, Londrina, estamos vivendo uma nova luta, até de caráter plebiscitário, por parte do prefeito, para a venda do Sercomtel Celular.

Tive uma extensa vida pública na cidade, com três mandatos de vereador e lá estive também, na discussão da venda do Sercomtel, que acabou sendo comprado pela Copel. Estou então, fazendo um estudo, me reservando o direito de voltar em outra oportunidade, para dizer que entendo, até prova em contrário, e quem maior saber jurídico possua, que a Prefeitura de Londrina, hoje, para vender o Sercomtel, a parte outra, ou Sercomtel Celular, depende também de aprovação desta Casa, da Assembléia Legislativa do Paraná, já que a Copel é proprietária de uma parcela grande das ações do Sercomtel. Acho que estaria sob a jurisdição da Assembléia Legislativa do Estado permitir que o prefeito de Londrina, para poder vender, que seja também aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas, vou ainda atentamente voltar a esta questão, apenas que seria até muito bom que alguns deputados, que até partidariamente, companheiros do prefeito de Londrina, pudessem fazer sua colocação em relação à privatização ou o resto da venda do Sercomtel.

Mas, senhor presidente, estamos vivendo hoje, principalmente o cidadão comum do povo, a dona de casa, o trabalhador de um modo geral, vivendo dias de angústia, quando todos nós com a capacidade maior de compreensão, ligamos a televisão ou abrimos os jornais, nos momentos críticos, nos horários de “top” da notícia, com as denúncias em nível nacional, do que tem acontecido, sobretudo no Congresso Nacional.

Li um artigo do empresário Antonio Ermírio de Moraes, na Folha de São Paulo de domingo, que em 50 anos de vida dentro do trabalho, ele nunca tinha visto o País numa situação como está vivendo agora. E, na verdade, a população fica sem saber realmente qual é a reação que deve ter. Acho que a reação sempre é de indignação.

E a televisão, Deputado Augustinho Zucchi, tem sido o grande instrumento para que, principalmente aquele homem de vida pública, não minta mais para o povo. Vi o depoimento daquela diretoria do Prodasen, indignando-se com ela própria, cumprindo uma ordem do presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães. E a forma com a qual ela falou, Deputado Waldyr Pugliesi, que se pode ver e ouvir pela televisão, já é o próprio discurso, porque ela falou com os olhos, assumindo o erro e podendo fazer a demonstração através da televisão.

E fique toda essa balbúria criada por Brasília, que deve acabar com a cassação, e esperamos de tantas autoridades fortes, como é o caso do Senhor José Arruda, que hoje, com o “efeito Arruda”, até o dólar tem subido e tem criado uma situação muito difícil para o País.

Mas, senti que temos que cada dia trabalhar para que fortaleça o estado de direito, para que tenhamos uma plenitude na democracia, que devemos fazer, como tantas outras localidades já fizeram, há uma década passada, como vereador de Londrina, consegui fazer.

Para que nós, representantes do povo, pudéssemos votar abertamente. Então, estou apresentando, até para minha satisfação, o Deputado Algaci Tulio, também, um projeto de resolução, para que nós acabemos com o voto secreto, em todo o nível. Alteremos de vez o nosso Regimento Interno, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, também acabe consentindo com o voto secreto.

Acho que seria uma forma de fortalecermos a democracia, está em hora e momento e a lei faz realmente essa necessidade. A norma surge da necessidade, acaba virando lei. Acho que agora é hora oportuna, no começo deste terceiro milênio, para que possamos também, dar esse exemplo no Paraná.

Apresentei hoje, já está protocolado, junto com a mesma idéia do deputado Algaci Tulio, para que nós posamos aqui, vetos, indicação ao presidente, qualquer tipo de projeto, para que possamos votar abertamente. Assim daríamos uma grande demonstração ao povo do Paraná, sobretudo porque a televisão hoje, mostra instantaneamente o que está acontecendo, do voto de cada um dos deputados do Paraná, que é uma forma de fortalecermos, inclusive, o tão falado estado de direito que nós queremos.

Muito obrigado, senhor presidente, pela complacência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a Liderança do PSC, PST, PSL, PPS, PDT, PPB, PFL, PTB, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Damos como recebido o relatório da Comissão de Narcotráfico, determinamos seu protocolo, publique-se no Diário da Assembléia e autorize-se como projeto de resolução, ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/2001, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que altera o inciso 1º, do § 2º do artigo 77, da Constituição do Estado do Paraná, COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

### PROPOSIÇÃO Nº 037/2001

Art. Único - O inciso I do § 2º do art. 77, da Constituição do Estado, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77 -.....

§ 2º - .....

I - dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público, junto ao Tribunal indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento”.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ELIO RUSCH

Apoio:

Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Edno Guimarães, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Hidekazu Takayama, Geraldo Cartário, Duílio Genari, Eli Ghellere, Cesar Seleme, Luiz Fernandes da Silva Litro, Cezar Silvestri, Miltinho Puppino, Custódio da Silva, Marcos Isfer, Ademar Traiano, Nelson Tureck, Ricardo Chab, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Divanir Braz Palma, Orlando Pessuti, Ricardo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A redação do mencionado dispositivo, dada pela emenda nº 07, quando reserva apenas uma vaga de Conselheiro aos auditores, e membros do Ministério Público, conflita com a regra do inciso I, § 2º, do art. 73, da Carta Federal, que assegura duas vagas a serem preenchidas pelas mencionadas categorias funcionais do Tribunal de Contas.

Deste modo, o intuito da presente proposta é o de simplesmente restabelecer a harmonia entre as Constituições, inclusive no tocante ao imperativo da proporcionalidade.

lidade aritmética derivado do art. 75 e parágrafo da Magna Carta.

COMISSÃO ESPECIAL  
DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO  
PROPOSIÇÃO Nº 37/2001

P A R E C E R :

A presente proposição de autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo alterar o inciso I, do § 2º, do art. 77, da Constituição Federal.

Chamada a opinar, esta Comissão de Reforma da Constituição, entendo que a matéria restabelece a harmonia entre as Constituições Estadual e Federal, inclusive no tocante ao imperativo da proporcionalidade aritmética, não encontrou nenhum óbice para que a proposta seja examinada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2001

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira e Algaci Tulio

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do senhor deputado Elio Lino Rusch, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, da Proposição nº 037/2001.

**ITEM 02**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPT, CE E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 653/99

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa das emendas apresentadas em plenário, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Caíto Quintana.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda nº 01 de Plenário.

**Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de encaminhar contrário ao pedido de destaque da Emenda nº 01, do Deputado Durval Amaral, tendo em vista que quando apresentamos este projeto, no ano de 1999, várias pessoas, várias entidades da região Sudoeste, nos colocavam da necessidade que existe do Hospital Regional no Município de Francisco Beltrão, que fica na cidade central da região Sudoeste.

Depois que apresentamos este projeto, e entendemos que ele se faz necessário, a emenda que o Deputado Durval Amaral apresenta, deixa fora dois pontos que consideramos essenciais para que seja implantado esse projeto, que é a questão de assegurar no orçamento, valor necessário para a construção do hospital e também prevê a data para o início e conclusão da obra do hospital.

Então, tendo em vista isto, encaminhamos contrário à emenda do Deputado Durval Amaral, e pedimos aos deputados que votem favoravelmente ao projeto, com a Emenda nº 02 que corrige os prazos para que seja implantado o Hospital Regional.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do Senhor Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, gostaria de encaminhar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Favoravelmente ou contrariamente?

O SR. DURVAL AMARAL

Contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi encaminhado pela Deputada Luciana Rafagnin.

Vamos hoje, pelo adiantado da hora, observar o Regimento. Como já foi encaminhado pela deputada contrariamente ao requerimento, tem necessidade, como determina o Regimento Interno da Casa, e se houvesse manifestação favorável ao requerimento, poderia, o senhor deputado encaminhar contrário ao requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas, então, senhor presidente, vou encaminhar depois o projeto. Se o senhor não permitir que encaminhe agora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência terá todo o tempo necessário.

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do Deputado Durval Amaral, permaneçam como estão.

Doze (12) senhores deputados rejeitam.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezessete (17) senhores deputados aprovam.

**Está aprovado o requerimento.**

Em votação a Emenda nº 01 de Plenário, de autoria do Deputado Durval Amaral.

Os senhores deputados que aprovam a emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 653/99, permaneçam como estão.

**Aprovado. Conseqüentemente, está rejeitada a Emenda nº 02.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2000, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no ensino fundamental e médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada. PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. EMENDA DE PLENÁRIO FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda. **Aprovada.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 190/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a Leitura da Bíblia Sagrada.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontra qualquer óbice. Portanto, deverá ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim, somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Moysés Leôni-

das, Carlos Simões, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati.

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 616/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - Prolerj nas escolas estaduais e dá outras providências. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 616/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - Prolerj, nas escolas estaduais de ensino médio e fundamental.

Art. 2º - O Prolerj terá como finalidade o fornecimento de revistas e jornais para as biblioteca das escolas estaduais, visando dar condições ao educando de ter informações atualizadas com a realidade de seu município, do Estado, do País e do mundo, e de desenvolver habilidade específica na área de comunicação.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

TONY GARCIA - Relator

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043, de 02.05.2000).**

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 213/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo determinar a integração da fiscalização tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Cargas no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 083/2000, de 20.06.2000).**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu só gostaria de pedir que Vossa Excelência constasse em Ata a abstenção da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 387/2000, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora da Aparecida no Município de Itaipulândia. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161/2000, de 20.11.2000).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 438/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que altera a Lei nº 12.965, de 25 de outubro de 2000, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

##### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI Nº 438/2000

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Ar. 1º - O art. 1º - da lei nº 12.965, de 25 de outubro de 2000, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 10

3 DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EMENDA Aprovada.**

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do Deputado Ricardo Chab, revoga a lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o código da Polícia Militar do Estado. **COM PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 020, de 20.03.2001).**

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 068/2001

##### P A R E C E R :

De autoria do Deputado Ricardo Chab, o projeto de lei em pauta revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o código da Polícia Militar do Estado.

A Lei 7.826, incluiu dois parágrafos ao artigo 160, do Código da Polícia Militar possibilitando a suspensão da obrigatoriedade de transferência para a reserva.

Chamada esta comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontrou que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que exaramos parecer favorável ao projeto.

Sala das comissões, em 10.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

##### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 068/2001

##### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do Deputado Ricardo Chab, o presente projeto de lei revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1.993, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

##### Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o § 9, do artigo 33, observa este relator que nada encontrou que impeça a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

##### Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 068/2001.

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2001, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública à Associação Faça uma Criança Feliz, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 031, de 03/04/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 106/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Faça uma Criança Feliz, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somo de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 1056, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Fiz uma solicitação esses dias quando estava na presidência o nosso companheiro Elio Rusch, gostaria que Vossa Excelência me informasse, já que estamos discutindo aqui esta questão da Polícia Militar se foi encaminhado para a Casa, através do Governo do Estado, Plano e Cargos e Salários da Polícia Civil e Polícia Militar que era para ser dia 16, requerimento inclusive referendado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo Vossa Excelência que até o presente momento, a não ser que chegou depois das 14h30, nós não recebemos ainda.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Gostaria aqui de afirmar a Vossa Excelência que toda a semana vou fazer esta solicitação, porque foi aqui afirmado com muitos discursos inclusive, na frente de centenas de pessoas que aqui estavam.

Agradeço sua informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão.

Encerrada a discussão, vamos colocar em votação.

Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os que aprovam queiram levantar-se.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Martins Anibelli**)

**(Procede a chamada nominal dos senhores deputados).**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço a retirada da chamada nominal.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Eu poderia fazer uma consulta a Mesa, esse requerimento que nós estamos votando é de minha autoria, da Comissão de Segurança Pública...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, são requerimentos de autoria do deputado José Maria Ferreira de congratulações a alguns municípios do nosso Estado do Paraná.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Estou em entendimento aqui com o relator da CPI da telefonia que pede para que eu retire o meu requerimento que está aí na mesa que convida o coronel para vir a Comissão de Segurança Pública visto que, eles me posicionaram que não há necessidade do meu requerimento, que eles vão convocar o coronel. Então, eu pergunto a presidência da Mesa se eu posso proceder dessa maneira visto a solicitação do relator da CPI a minha pessoa. Por mim eu não me importo, o que eu quero é buscar a verdade na história dos grampos, se bem que eu acho, senhor presidente, que a questão do grampo telefônico teria que ser tratado na Comissão de Segurança Pública. É uma opinião minha, acho que a CPI da Telefonia tem outros casos para tratar. E a questão do grampo é da Comissão de Segurança. Por isso eu vou brigar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência solicitou a retirada ou não?

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Estou solicitando a pedido da relatoria da CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado o requerimento.

Não há quórum para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 26, às 10h00, com a seguinte

### ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 628/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 097/99; 016, 027, 032 e 071/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653/99 e 190/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2001.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2001.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 206/2000**

prover, GUILHERME VINÍCIOS DIETRICH, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 207/2000**

I - exonerar, a pedido, LAUDICENA STRAPAZZON, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da liderança do PTB, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da liderança do PTB, a partir de 1º de julho de 2000.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 208/2000**

I - exonerar, a pedido, NATIVO BURGEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, VERA LÚCIA GUMIERI STEFANES, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, NATIVO BURGEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, VERA LÚCIA GUMIERI STEFANES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de julho de 2000.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 209/2000**

prover, LÚCIO MAURO TASSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2000.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 210/2000**

I - exonerar, a pedido, JOSÉ DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, JOSÉ DE PAULA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

III - exonerar, a pedido, NILCETE ALVES BEZERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, ORLANDO VEIGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

V - exonerar, a pedido, WILSON ROBERTO SANTANA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, WILSON ROBERTO SANTANA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

VII - exonerar, a pedido, JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

VIII - prover, JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

IX - exonerar, a pedido, SILVANO KRUPNISKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do



Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

X - prover, SILVANO KRUPNISKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de julho de 2000;

XI - exonerar, a pedido, JORDÂNIA RIBEIRO NAVARRO VERA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da liderança do PST, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 211/2000

prover, MARIO LUIZ ALVES, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança da Oposição, a partir de 1º de junho 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 212/2000

I - prover, SILVANA JOLY, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, APARECIDA PEREIRA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, MÁRCIA OTÍLIA TURECK, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 2000;

VI - prover, CLEUZA ALICE FERRARI, para exercer cargo em comissão, junto ao gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA REGINA KOSSOWSKI, do cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de junho de 2000;

II - prover, ROSA LEONIDA DOS SANTOS PANEK, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de junho de 2000.

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/2000

prover, ROGÉRIO DALLEGRAVE GOMES SANTOS, para exercer o cargo em comissão, junto ao gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de junho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/2000

prover, DIONE BELLANI ROMANZINI, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão do Mercosul, a partir de 1º de junho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.07.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte quatro dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguinte Deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes da Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e mais os Deputados Nereu Moura e Chico Noroeste. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, fazendo uma retificação na Ata da 3ª Reunião Ordinária realizada no dia 03 de abril, onde inclui-se item 43: 43) Projeto de Lei nº 018/2001 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama que visa proibir a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná, no horário que especifica. O Senhor Deputado José Maria Ferreira acata o voto em separado do Senhor Deputado Algaci Tulio - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 393/2000 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO. O Senhor Presidente solicita cópia da matéria a todos os membros desta Comissão. 02) Projeto de Lei nº 002/2001 de autoria do Poder Executivo. Concedido VISTAS ao Deputado Hermes da Fonseca; 03) Projeto de Lei nº 070/2001 de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Senhor Deputado Algaci Tulio sugere a retirada de pauta da matéria. O senhor presidente coloca em votação a sugestão - APROVADA; 04) Projeto de Lei nº 101/2001 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 083/2001 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Chico Noroeste na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 097/2001 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Chico Noroeste na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 080/2001 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Hermes da Fonseca e Edson Strapasson; 08) Projeto de Lei nº 050/2001 de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Hermes da Fonseca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Carlos Belinati, sugerindo arquivamento - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 052/2001 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 095/2001 de autoria

do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 139/2001 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 267/2000 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 138/2001 de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 124/2001 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária esta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária